

**UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DA REGIÃO DOS VINHEDOS - CARVI  
ÁREA DO CONHECIMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO**

**GIORDANA VITÓRIA VOLPATO**

**ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE O CONHECIMENTO EM EDUCAÇÃO  
FINANCEIRA E A GESTÃO FINANCEIRA NO CONTEXTO DOS MICRO E  
PEQUENOS EMPREENDEDORES DA CIDADE DE BENTO GONÇALVES**

**BENTO GONÇALVES  
2025**

**GIORDANA VITÓRIA VOLPATO**

**ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE O CONHECIMENTO EM EDUCAÇÃO  
FINANCEIRA E A GESTÃO FINANCEIRA NO CONTEXTO DOS MICRO E  
PEQUENOS EMPREENDEDORES DA CIDADE DE BENTO GONÇALVES**

Relatório de trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado ao Curso de Administração da Universidade de Caxias do Sul, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Administração.

Orientador TCC I e TCC II: Prof. Me. Nivia Tumelero

**BENTO GONÇALVES**

**2025**

**GIORDANA VITÓRIA VOLPATO**

**ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE O CONHECIMENTO EM EDUCAÇÃO  
FINANCEIRA E A GESTÃO FINANCEIRA NO CONTEXTO DOS MICRO E  
PEQUENOS EMPREENDEDORES DA CIDADE DE BENTO GONÇALVES**

Relatório de trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado ao Curso de Administração da Universidade de Caxias do Sul, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Administração.

Aprovado (a) em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**Banca Examinadora**

---

Orientador Prof. Me Nívia Tumelero  
Universidade de Caxias do Sul - UCS

---

Prof. Dr. Carlos E. R. Reginato  
Universidade de Caxias do Sul - UCS

---

Prof. Me. Leonardo Roth  
Universidade de Caxias do Sul - UCS

## **AGRADECIMENTOS**

Chegar até aqui foi uma jornada marcada por desafios, aprendizados, superações e, acima de tudo, por muito apoio. Este trabalho não é apenas o resultado de esforço acadêmico, mas também o reflexo da presença e do incentivo de pessoas que estiveram ao meu lado em cada etapa dessa caminhada.

Em primeiro lugar, agradeço a Deus, fonte de toda sabedoria e força. Foi Ele quem me sustentou nos momentos de dúvida, me deu serenidade nas horas difíceis e me guiou com luz e discernimento ao longo de todo o processo. Sem Sua presença constante, este trabalho não teria sido possível.

À minha família, meu porto seguro, minha base e minha inspiração. Agradeço por cada palavra de incentivo, por cada gesto de carinho e por acreditarem em mim mesmo quando eu mesma duvidava. Vocês me ensinaram o valor do esforço, da persistência e da fé nos nossos sonhos, foram vocês que me impulsionaram a seguir em frente, mesmo quando o caminho parecia incerto.

Aos meus amigos e colegas, que estiveram presentes com apoio, escuta e companheirismo. Cada conversa, cada troca de ideias, cada momento de descontração foi essencial para manter o equilíbrio e a motivação. Vocês tornaram essa jornada mais leve e significativa, e sou profundamente grata por isso.

Aos professores que contribuíram com seus conhecimentos, experiências e ensinamentos ao longo da graduação, meu sincero reconhecimento. Em especial à professora Nívia, minha orientadora, que me acompanhou desde o primeiro semestre com paciência, dedicação e sensibilidade. Sua orientação foi muito mais do que acadêmica, foi humana, cuidadosa e inspiradora. Obrigada por acreditar no meu potencial e por me guiar com tanta generosidade.

Ao meu ambiente de trabalho, que me incentivou a olhar com mais atenção para os micro e pequenos empreendedores, despertando em mim o desejo de compreender suas realidades e contribuir para seu desenvolvimento. Esse incentivo foi essencial para a construção do tema e para a motivação em realizar um trabalho que tivesse relevância prática e social.

Por fim, agradeço a todos que, de alguma forma, fizeram parte dessa trajetória. Cada gesto, cada palavra, cada presença teve um papel importante na construção deste momento, este TCC é também de vocês.

## RESUMO

A educação financeira desempenha um papel essencial na formação de empreendedores mais preparados para enfrentar os desafios da gestão de micro e pequenas empresas (MPEs). No Brasil, a alta taxa de mortalidade desses negócios é frequentemente associada à má administração financeira, evidenciando a importância do conhecimento sobre planejamento, controle de fluxo de caixa, orçamento e uso estratégico dos recursos. Este estudo tem como objetivo principal analisar a relação entre o conhecimento em educação financeira e a gestão financeira no contexto dos micro e pequenos empreendedores da cidade de Bento Gonçalves, investigando se esse conhecimento realmente influencia a administração dos negócios ou se outros fatores podem desempenhar um papel mais relevante. Para isso, foi adotada uma abordagem metodológica quantitativa, de caráter descritivo, utilizando-se da aplicação de um questionário estruturado a empreendedores locais. Os resultados demonstraram que, embora a maioria dos participantes possua um nível médio de conhecimento financeiro e reconheça a importância do tema, ainda há desafios quanto à aplicação prática das ferramentas de gestão. Observou-se que muitos empreendedores realizam controles financeiros básicos, mas nem sempre os utilizam como instrumentos estratégicos de decisão. Além disso, verificou-se que fatores externos, como crises sanitárias e desastres climáticos, que exercem forte influência sobre a estabilidade financeira das MPEs, evidenciando a necessidade de maior preparo, planejamento e capacidade de adaptação. Conclui-se, portanto, que a educação financeira é um elemento essencial para fortalecer a gestão e a sustentabilidade das micro e pequenas empresas, desde que aliada à inovação, à governança corporativa e à busca contínua por conhecimento.

**Palavras-chave:** educação financeira, gestão financeira, planejamento, micro e pequenas empresas, sustentabilidade empresarial.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Participação em cursos de Educação Financeira .....	42
Figura 2 - Nível de conhecimento em Educação Financeira .....	43
Figura 3 - Conhecimento em Educação Financeira e Gestão de Negócios.....	44
Figura 4 - Como conhecimento contribui nos negócios .....	44
Figura 5 - Necessidade de especialista financeiro nos negócios.....	45
Figura 6 - Uso de ferramentas para controle financeiro.....	46
Figura 7 - Frequência do Planejamento Financeiro .....	47
Figura 8 - Acompanhamento do fluxo de caixa .....	47
Figura 9 - Dificuldade financeira nos últimos 12 meses.....	48
Figura 10 - Fatores que impactam as finanças do negócio .....	49
Figura 11- Porte da empresa .....	50
Figura 12 - Tempo de atividade da empresa.....	50
Figura 13 - Área de atuação .....	51
Figura 14 - Função dos respondentes .....	52
Figura 15 - Sexo do respondente.....	52
Figura 16 - Idade do respondente.....	53
Figura 17 - Nível de escolaridade do respondente .....	54

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Resumo da fundamentação teórica .....	36
--	----

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>09</b>
1.1	TEMA DA PROPOSTA E DEFINIÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA .....	11
1.2	OBJETIVO GERAL .....	12
1.3	OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	12
1.4	JUSTIFICATIVA.....	12
<b>2</b>	<b>REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>	<b>15</b>
2.1	FUNDAMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO .....	15
2.2	FUNDAMENTOS DA GESTÃO FINANCEIRA .....	16
2.3	GESTÃO FINANCEIRA EM MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (MPES).....	17
<b>2.3.1</b>	<b>Financiamento e o acesso ao crédito nas MPES.....</b>	<b>20</b>
<b>2.3.2</b>	<b>A contabilidade como apoio à gestão financeira nas MPES .....</b>	<b>21</b>
2.4	FERRAMENTAS E MODELOS DE GESTÃO FINANCEIRA PARA MPES .....	22
<b>2.4.1</b>	<b>Principais ferramentas de Gestão Financeira.....</b>	<b>22</b>
<b>2.4.2</b>	<b>Modelos de Gestão Aplicados às MPES.....</b>	<b>23</b>
<b>2.4.3</b>	<b>Desafios na implementação das práticas de Gestão Financeira.....</b>	<b>24</b>
2.5	IMPACTOS DE FATORES EXTERNOS NA GESTÃO FINANCEIRA DAS MPES.....	25
<b>2.5.1</b>	<b>Impactos de Fatores Externos – Crise Sanitária .....</b>	<b>25</b>
<b>2.5.2</b>	<b>Impactos de Fatores Externos – Desastres Climáticos.....</b>	<b>26</b>
2.6	EDUCAÇÃO FINANCEIRA COMO BASE PARA INOVAÇÃO.....	28
<b>2.6.1</b>	<b>Inovação Financeira nas MPES .....</b>	<b>30</b>
2.7	GOVERNANÇA CORPORATIVA E SUA INFLUÊNCIA NA GESTÃO FINANCEIRA DAS MPES .....	33
2.8	RESUMO DA FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	35
<b>3</b>	<b>METODOLOGIA.....</b>	<b>37</b>
3.1	DELINEAMENTO DA PESQUISA.....	37

3.2	PARTICIPANTES DO ESTUDO.....	38
3.3	PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS.....	39
3.4	PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DOS DADOS.....	40
<b>4</b>	<b>DESENVOLVIMENTO DE RESULTADOS.....</b>	<b>42</b>
4.1	NÍVEL DE CONHECIMENTO FINANCEIRO DOS MICRO E PEQUENOS EMPREENDEDORES DA CIDADE.....	55
4.2	PRÁTICAS DE GESTÃO FINANCEIRA ADOTADAS POR EMPREENDEDORES QUE POSSUEM DIFERENTES NÍVEIS DE CONHECIMENTO FINANCEIRO.....	56
4.3	FATORES QUE EXERCEM MAIOR INFLUÊNCIA NA GESTÃO EFICIENTE DOS NEGÓCIOS.....	58
4.4	PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DOS DADOS.....	59
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>62</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>66</b>
	<b>APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO.....</b>	<b>74</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A gestão financeira é um dos principais pilares para a sustentabilidade e o crescimento das micro e pequenas empresas (MPEs), especialmente diante de um cenário econômico instável e competitivo como o brasileiro. Essas empresas representam uma parcela significativa da geração de empregos e renda no país, mas muitas enfrentam dificuldades por falta de planejamento, controle e conhecimento técnico. Nesse contexto, a educação financeira surge como uma ferramenta estratégica capaz de transformar a forma como os empreendedores administram seus negócios. O presente trabalho tem como objetivo analisar a relação entre o conhecimento em educação financeira e a gestão financeira no contexto dos micro e pequenos empreendedores da cidade de Bento Gonçalves, investigando se esse conhecimento realmente influencia a administração dos negócios ou se outros fatores podem desempenhar um papel mais relevante.

Para aprofundar a análise da temática, o primeiro capítulo do trabalho apresenta a contextualização do tema, bem como o problema de pesquisa, os objetivos geral e específicos, a justificativa da escolha e a delimitação do estudo. A escolha pelo município de Bento Gonçalves se dá pela sua forte atividade econômica e pelo número expressivo de pequenos empreendedores atuantes na região. A justificativa se baseia na necessidade de compreender quais são os fatores que de fato impactam na gestão financeira e na sobrevivência das MPEs, tendo em vista que muitas delas encerram suas atividades nos primeiros anos por falhas na administração financeira. Assim, o capítulo inicial estabelece as bases conceituais e práticas que motivam a realização desta pesquisa.

No segundo capítulo, é desenvolvido o referencial teórico, com o objetivo de embasar a análise com fundamentos da administração e da gestão financeira. São explorados os principais conceitos ligados à gestão de MPEs, os desafios enfrentados por esses empreendedores, e o papel estratégico da educação financeira como diferencial competitivo. Também são discutidas ferramentas e modelos de gestão adaptáveis à realidade das pequenas empresas, como o fluxo de caixa, orçamento e indicadores financeiros, além da importância de fatores externos, como crises econômicas, desastres naturais e a influência da inovação e da governança corporativa no fortalecimento dos pequenos negócios.

A metodologia adotada é detalhada no terceiro capítulo. A pesquisa foi realizada por meio de abordagem quantitativa, com caráter descritivo, utilizando-se da aplicação de um questionário estruturado junto a micro e pequenos empreendedores da cidade de Bento Gonçalves. O capítulo apresenta a definição da amostra, os critérios de seleção dos participantes, os procedimentos de coleta e análise dos dados, além de justificar a escolha metodológica em função dos objetivos propostos. A estratégia utilizada busca garantir a coerência entre os dados levantados e a realidade enfrentada pelos empresários locais.

O quarto capítulo apresenta o desenvolvimento e os resultados obtidos a partir da aplicação do questionário aos empreendedores participantes da pesquisa. São analisados indicadores que demonstram o nível de conhecimento em educação financeira, as práticas de gestão adotadas e os fatores que mais influenciam o desempenho financeiro das empresas. A análise dos dados revela um panorama real da gestão financeira nas micro e pequenas empresas de Bento Gonçalves, evidenciando tanto os avanços quanto as fragilidades na administração dos recursos. Além disso, o capítulo promove uma interpretação crítica dos resultados, relacionando-os com os fundamentos teóricos abordados anteriormente, o que possibilita uma compreensão mais ampla sobre a influência do conhecimento financeiro no contexto prático dos negócios.

Por fim, o quinto capítulo apresenta as considerações finais do estudo, nas quais são sintetizados os principais achados e contribuições da pesquisa. Nesse capítulo, discute-se a importância da educação financeira como ferramenta de fortalecimento da gestão e da sustentabilidade empresarial, além de apontar limitações e sugestões para futuras investigações sobre o tema. O capítulo também destaca a relevância de políticas públicas voltadas ao incentivo da capacitação financeira dos empreendedores e à criação de ambientes mais favoráveis para o desenvolvimento das MPEs. Dessa forma, as conclusões reforçam que o conhecimento financeiro, aliado à inovação, à governança e ao apoio institucional, é um elemento essencial para promover a competitividade e a longevidade das micro e pequenas empresas no cenário econômico brasileiro.

## 1.1 TEMA DA PROPOSTA E DEFINIÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA

A gestão financeira eficiente é um dos pilares mais importantes para garantir a sustentabilidade e o crescimento dos negócios, especialmente no contexto de micro e pequenos empreendedores, que frequentemente enfrentam dificuldades na administração de seus recursos. No Brasil, estudos do SEBRAE (2023) e do IBGE (2022) indicam que uma parcela significativa desses negócios não consegue se manter ativa nos primeiros cinco anos de operação, sendo a má gestão financeira um dos principais fatores que contribuem para esse cenário de alta mortalidade empresarial.

A educação financeira é amplamente divulgada como uma ferramenta essencial para capacitar empreendedores, permitindo que adquiram conhecimentos para tomar decisões estratégicas e reduzir riscos. No entanto, a efetividade desse conhecimento na prática ainda é um tema debatido na literatura acadêmica, uma vez que o simples acesso a conteúdos financeiros não garante que os empreendedores os utilizem de maneira eficiente no dia a dia da administração de seus negócios. Assim, torna-se fundamental investigar se a educação financeira realmente influencia a gestão financeira ou se outros fatores, como a experiência prática, o uso de ferramentas de controle e a consultoria especializada, têm um impacto maior na administração dos negócios.

Em Bento Gonçalves, cidade conhecida por sua forte atividade econômica nos setores moveleiro, vitivinícola e de serviços, a gestão financeira eficiente pode ser um fator decisivo para a competitividade e longevidade dos pequenos negócios. No entanto, ainda há pouca evidência prática que permita compreender até que ponto o conhecimento em educação financeira é determinante para a boa administração desses empreendimentos.

Dessa forma, este estudo busca analisar: o conhecimento em educação financeira impacta significativamente a gestão financeira dos micro e pequenos empreendedores em Bento Gonçalves, ou ela depende de outros fatores determinantes?

## 1.2 OBJETIVO GERAL

Este estudo tem como objetivo principal analisar a relação entre o conhecimento em educação financeira e a gestão financeira no contexto dos micro e pequenos empreendedores da cidade de Bento Gonçalves, investigando se esse conhecimento realmente influencia a administração dos negócios ou se outros fatores, podem desempenhar um papel mais relevante.

## 1.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Para alcançar o objetivo geral, foram definidos os seguintes objetivos específicos:

- a) diagnosticar o nível de conhecimento financeiro dos micro e pequenos empreendedores da cidade;
- b) comparar as práticas de gestão financeira adotadas por empreendedores que possuem diferentes níveis de conhecimento financeiro;
- c) identificar quais fatores, além do conhecimento em educação financeira, exercem maior influência na gestão eficiente dos negócios;
- d) mapear os principais desafios enfrentados pelos micro e pequenos empreendedores na administração de suas finanças.

## 1.4 JUSTIFICATIVA

A sustentabilidade financeira das micro e pequenas empresas é um tema de grande relevância para a economia, tanto em nível nacional quanto regional, especialmente em cidades como Bento Gonçalves, onde setores como indústria, comércio e serviços desempenham um papel central no desenvolvimento econômico. A sobrevivência desses negócios está diretamente ligada à capacidade de gerir recursos de forma eficiente, o que torna essencial compreender os fatores que contribuem para uma administração bem-sucedida e os principais desafios enfrentados pelos empreendedores.

Embora a educação financeira seja amplamente promovida como um fator determinante para uma gestão eficaz, sua real influência ainda é motivo de debate. Muitos empreendedores adquirem habilidades financeiras por meio da prática, sem

necessariamente terem acesso a conteúdos teóricos sobre o tema. Além disso, o apoio de contadores e o uso de *softwares* de gestão podem reduzir a necessidade de um conhecimento aprofundado em finanças. Diante disso, torna-se fundamental avaliar se a educação financeira impacta diretamente a administração dos negócios ou se outros fatores são mais relevantes.

Um dos principais desafios enfrentados pelos pequenos empreendedores está na administração do fluxo de caixa. Conforme Johnson (2013), muitas *startups* enfrentam dificuldades para compreender e gerenciar essa área, que é um indicador essencial da saúde financeira da empresa. A má administração do fluxo de caixa é uma das razões mais comuns para o encerramento precoce de negócios, mesmo quando apresentam potencial lucrativo.

Nos últimos anos, tem-se observado um crescimento expressivo no número de micro e pequenos empreendedores em Bento Gonçalves, o que reforça a importância de entender os desafios financeiros desse grupo. Apenas em 2024, o município registrou um saldo positivo de 1.084 novos empregos formais, dos quais 553 foram impulsionados por microempreendedores individuais (MEIs), que hoje representam 21% da força de trabalho local (Centro da Indústria, Comércio e Serviços de Bento Gonçalves, 2024). Esse aumento demonstra a necessidade de aprofundar a análise sobre os fatores que influenciam a gestão financeira desses empreendimentos, contribuindo para o desenvolvimento de estratégias mais eficazes de capacitação e suporte.

A falta de planejamento financeiro é um dos principais fatores que dificultam a sobrevivência das pequenas empresas. Segundo Megliorini e Vallim (2018), a administração financeira eficiente exige a garantia de recursos para atender às necessidades do negócio e manter seu funcionamento equilibrado. Os autores destacam que muitos empreendedores enfrentam dificuldades devido à falta de controle sobre custos e fluxo de caixa, o que pode levar à falência precoce. Dessa forma, o conhecimento financeiro torna-se essencial para a tomada de decisões estratégicas e para a sustentabilidade dos negócios.

Dessa forma, este estudo buscará preencher uma lacuna na literatura ao investigar a relação entre conhecimento em educação financeira e práticas de gestão adotadas por micro e pequenos empresários em Bento Gonçalves. A pesquisa será conduzida por meio de um levantamento quantitativo, utilizando questionários estruturados para comparar empreendedores que possuem conhecimento formal

sobre finanças com aqueles que administram seus negócios sem essa base teórica. A abordagem permitirá uma análise detalhada e embasada, oferecendo subsídios para aprimorar programas de capacitação e fortalecer a sustentabilidade financeira desse setor.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Este referencial teórico apresenta os principais conceitos relacionados à administração, gestão financeira e educação financeira, com foco nas micro e pequenas empresas (MPEs). O objetivo é compreender como esses elementos influenciam o comportamento e as decisões dos empreendedores, especialmente em relação ao planejamento, controle e uso eficiente dos recursos financeiros.

### 2.1 FUNDAMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO

A administração é uma ciência social que surgiu da necessidade de organizar o trabalho e utilizar os recursos de forma mais eficiente dentro das organizações. Um dos primeiros estudiosos a estruturar essa área foi Henri Fayol, que definiu administrar como “prever, organizar, comandar, coordenar e controlar” (Fayol, 1916, p. 118). Essa definição mostra que administrar envolve uma sequência de funções que, juntas, garantem o bom funcionamento das atividades e o alcance dos objetivos propostos.

Com o tempo, outros autores contribuíram para ampliar essa visão. Chiavenato (2003) afirma que a administração envolve planejamento, organização, direção e controle, refletindo a complexidade e a integração entre as diversas áreas da organização. Ele também destaca que o papel do administrador vai além da supervisão de tarefas, exigindo habilidades interpessoais, capacidade analítica e visão estratégica para tomar decisões eficazes.

A administração moderna exige que o gestor atue de forma dinâmica, compreendendo as constantes mudanças do ambiente externo e adaptando os processos internos com rapidez. Essa visão mais contemporânea valoriza o capital humano, a inovação e a responsabilidade social como elementos essenciais para o sucesso organizacional, especialmente em contextos de alta competitividade.

Além disso, o controle, como função administrativa, é fundamental para garantir que os recursos estejam sendo utilizados de forma adequada. Fayol (1916) já indicava a importância de monitorar os processos para corrigir falhas a fim de melhorar o processo e evitar retrabalho. Esse princípio se mantém atual, principalmente em empresas de menor porte, onde o impacto de erros pode comprometer seriamente a continuidade do negócio.

A administração, portanto, é a base para o desenvolvimento de qualquer empreendimento, que sem uma estrutura organizacional bem definida, metas claras e processos de monitoramento, é difícil garantir a sobrevivência da empresa em um ambiente de constantes transformações. Assim, mesmo em MPEs, a aplicação dos princípios administrativos é indispensável para a consolidação e o crescimento sustentável.

## 2.2 FUNDAMENTOS DA GESTÃO FINANCEIRA

A gestão financeira, especialmente no contexto das micro e pequenas empresas, é um fator determinante para a sustentabilidade e o crescimento dos negócios. Essa área envolve não apenas o controle das finanças, mas também a tomada de decisões estratégicas relacionadas a investimentos, custos, fluxo de caixa e rentabilidade. No entanto, muitos empreendedores ainda enxergam a gestão financeira apenas como o registro de receitas e despesas, negligenciando seu potencial como ferramenta de planejamento e desenvolvimento.

Megliorini e Vallim (2018) destacam que a falta de organização financeira é uma das principais causas de mortalidade das MPEs. Essa desorganização muitas vezes decorre da ausência de conhecimento técnico, o que compromete a capacidade de análise e interpretação dos dados contábeis e financeiros. Para superar esse obstáculo, é necessário desenvolver uma mentalidade mais estratégica, baseada em práticas como a elaboração de orçamentos, o controle do capital de giro e a análise de indicadores. Ainda segundo os autores, uma boa gestão financeira depende da integração entre controle, planejamento e acompanhamento constante dos resultados. O empreendedor, nesse cenário, precisa abandonar a postura reativa e assumir o papel de gestor, capaz de tomar decisões baseadas em dados e com foco no futuro da empresa.

A partir de uma perspectiva comportamental, Kiyosaki (2011) afirma que o conhecimento sobre o funcionamento do dinheiro é mais valioso do que simplesmente trabalhar por ele. A inteligência financeira, segundo o autor, é um diferencial competitivo que permite ao empreendedor identificar oportunidades e minimizar riscos, mesmo em contextos de escassez de recursos.

Complementando essa visão, Johnson (2013) argumenta que o sucesso empresarial está atrelado a hábitos financeiros saudáveis cultivados desde o início da

trajetória empreendedora. Ele defende que metas claras, disciplina nos gastos e constante aprendizado são características marcantes nos empreendedores bem-sucedidos.

No cotidiano das MPEs, onde o empreendedor frequentemente assume múltiplas funções da operação à administração, torna-se evidente que o domínio das finanças não pode ser negligenciado. É justamente nessa limitação estrutural que a gestão financeira se revela ainda mais crítica. Ter controle sobre entradas e saídas, conhecer prazos e margens e antecipar possíveis problemas são atitudes que aumentam significativamente a resiliência do negócio.

Dessa forma, a gestão financeira transcende o aspecto técnico e se conecta diretamente à visão estratégica do empreendedor. Quando aliada ao conhecimento e à disciplina, torna-se um dos principais instrumentos para garantir a continuidade e o crescimento das micro e pequenas empresas.

### 2.3 GESTÃO FINANCEIRA EM MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (MPES)

A gestão financeira desempenha um papel crucial para a sobrevivência e o crescimento das micro e pequenas empresas (MPEs), visto que elas são diretamente responsáveis pela movimentação de uma grande parcela da economia, especialmente nas esferas local e regional. Apesar disso, muitas dessas empresas ainda carecem de uma estrutura sólida de planejamento financeiro, o que compromete sua competitividade e longevidade no mercado. A escassez de recursos financeiros e a falta de conhecimento técnico sobre as melhores práticas de gestão são fatores que contribuem para a fragilidade dessas empresas, levando-as a decisões inadequadas que, frequentemente, resultam em sua falência precoce.

Segundo Braga, Nossa e Marques (2004), um dos principais obstáculos enfrentados pelas MPEs é a limitação de recursos financeiros, o que restringe a capacidade dessas empresas de realizarem os investimentos necessários para seu crescimento. Além disso, Monteiro (2003) complementa essa visão ao destacar a dificuldade das MPEs em acessar linhas de crédito, o que agrava ainda mais a instabilidade financeira, dificultando a manutenção de um fluxo de caixa equilibrado e saudável. Essa realidade é ainda mais complexa quando se considera a falta de capacitação dos gestores, muitos dos quais não possuem formação adequada para realizar um planejamento estratégico eficiente.

Em muitas situações, os gestores de MPEs acumulam diversas funções, o que limita sua capacidade de realizar uma gestão financeira estratégica. Matias e Lopes Júnior (2002) afirmam que, devido à sobrecarga de tarefas e à falta de profissionais capacitados, os empresários acabam adotando práticas intuitivas e informais, o que compromete o controle efetivo dos recursos financeiros e prejudica a tomada de decisões estratégicas. Sem uma visão clara da situação financeira da empresa, as decisões são muitas vezes tomadas com base em suposições e não em dados concretos, o que aumenta o risco de erros financeiros.

A falta de planejamento é um dos maiores desafios enfrentados pelas MPEs, afetando diretamente a capacidade dessas empresas de se adaptarem às mudanças do mercado e de aproveitar as oportunidades que surgem. Peris (2020) aponta que muitas empresas perdem oportunidades simplesmente por não saberem identificar o momento adequado para tomar decisões, resultado de um planejamento financeiro inadequado ou inexistente. A criação de um sistema de informações gerenciais bem estruturado, que forneça ao empreendedor dados atualizados e relevantes, é, portanto, uma necessidade para garantir uma gestão financeira mais eficiente e segura.

No entanto, muitos gestores ainda não reconhecem a importância do orçamento empresarial como uma ferramenta estratégica, o que leva à subutilização desse recurso fundamental. Peris (2020) destaca que o orçamento, especialmente o de capital, é essencial para a previsão de receitas, despesas e investimentos, permitindo que o gestor avalie a viabilidade de projetos e faça escolhas informadas sobre a alocação de recursos. Embora a elaboração do orçamento exija algum esforço e disciplina, ele se revela como uma ferramenta indispensável para a tomada de decisões financeiras assertivas, especialmente para empresas de pequeno porte que enfrentam desafios de recursos limitados.

Analisando, a falta de adaptação do orçamento à realidade específica de cada MPE pode resultar em projeções equivocadas, prejudicando a gestão dos recursos e dificultando a previsão de resultados a médio e longo prazo. Para que o orçamento seja verdadeiramente eficaz, é necessário que ele considere aspectos como a sazonalidade do mercado, as tendências de consumo e as perspectivas de crescimento da empresa, além de ser constantemente revisado e ajustado de acordo com as mudanças no cenário financeiro da empresa.

A contabilidade gerencial é outra ferramenta essencial para a gestão financeira das MPEs, uma vez que fornece dados precisos sobre os custos, as margens de lucro e os resultados das operações. Crepaldi (2004) destaca que a contabilidade gerencial é crucial para oferecer instrumentos que auxiliem os gestores a tomar decisões mais informadas e baseadas em dados reais, contribuindo para uma administração financeira mais eficiente. Quando utilizada corretamente, a contabilidade gerencial não apenas auxilia na organização das finanças, mas também oferece *insights* valiosos sobre o desempenho da empresa e as áreas que precisam de ajustes.

Entretanto, muitos empreendedores ainda veem a contabilidade apenas como uma obrigação legal, não compreendendo seu potencial como ferramenta estratégica. Ludícibus e Marion (2000, p. 19) argumentam que “a contabilidade é o grande instrumento que auxilia a administração a tomar decisões”, pois ela transforma dados contábeis em informações úteis para a tomada de decisões, o que a torna um aliado indispensável no planejamento financeiro e na avaliação de alternativas de ação.

Outro fator que contribui para a alta taxa de mortalidade das MPEs é a falta de um controle financeiro rigoroso, que permita aos gestores uma visão clara da saúde financeira da empresa. De acordo com o SEBRAE (2023), cerca de 64% das MPEs fecham as portas antes de completar seis anos de atividade, sendo a gestão financeira inadequada um dos principais motivos dessa falência precoce. Gomes *et al.* (2014) propõem um modelo de gestão financeira baseado no uso sistemático do fluxo de caixa e na hierarquização das decisões, permitindo uma visão mais precisa da situação financeira da empresa e uma maior capacidade de adaptação às flutuações do mercado.

Dessa forma, fica evidente que a gestão financeira eficaz não se limita ao controle contábil, mas exige uma abordagem estratégica, que leve em consideração tanto o conhecimento técnico quanto a capacidade de tomar decisões baseadas em dados concretos. Quando aplicada corretamente, a gestão financeira pode ser um diferencial competitivo significativo para as MPEs, ajudando-as a superar os desafios do mercado e a garantir sua continuidade no longo prazo.

### 2.3.1 Financiamentos e o acesso ao crédito nas MPEs

A capacidade de captar recursos financeiros é um dos fatores que influencia diretamente a sobrevivência e o crescimento de micro e pequenas empresas. Em um cenário no qual a competitividade exige investimentos constantes, tanto em estrutura quanto em inovação, o financiamento torna-se uma ferramenta estratégica. Na prática, contudo, muitos empreendedores ainda demonstram resistência à utilização de crédito externo, seja por desconhecimento técnico, seja por receio de comprometer a saúde financeira do negócio.

O crédito bancário continua sendo a alternativa mais recorrente entre as MPEs, sendo obtido por meio de contratos formais com instituições financeiras. Nessas operações, são definidas as condições de pagamento, como prazos, taxas de juros e garantias, exigindo atenção e capacidade de análise por parte do gestor (BORTOLI, 2020). Ainda assim, muitos empresários buscam esse tipo de recurso sem planejamento prévio, o que pode resultar em endividamento descontrolado e comprometer a operação da empresa.

Além dos bancos tradicionais, há alternativas oferecidas por instituições públicas de fomento, como o BNDES, que disponibiliza linhas de crédito específicas para pequenos negócios. Esses programas são segmentados conforme o setor de atuação, contemplando desde o comércio até a construção civil, e incluem recursos para aquisição de equipamentos, qualificação de pessoal e investimentos em projetos (Padoveze e Martins, 2014, *apud* BORTOLI, 2020). No entanto, a baixa adesão a essas iniciativas demonstra a falta de preparo técnico para elaboração de propostas e a dificuldade de acesso à informação por parte dos empreendedores.

É importante considerar que o financiamento, quando bem gerenciado, não deve ser encarado como sinônimo de desequilíbrio financeiro, mas como um mecanismo de alavancagem e sustentabilidade. A estrutura de capital da empresa, isto é, a proporção entre recursos próprios, capital de terceiros e reinvestimentos, precisa ser cuidadosamente planejada. Nesse sentido, Machado (2015) ressalta que a função do gestor financeiro vai além da simples administração de contas; trata-se de encontrar o equilíbrio ideal entre as fontes de recursos para garantir retorno aos sócios e manter a operação viável no longo prazo.

Outro aspecto relevante está relacionado ao papel da gestão financeira na continuidade da empresa. Após o investimento inicial, as organizações assumem

diversos compromissos com produção, *marketing*, desenvolvimento e inovação. Gerenciar esses fluxos com eficiência é tarefa que demanda uma atuação financeira estratégica, voltada à geração de lucro e ao uso racional dos recursos aplicados em cada área (MACHADO, 2015). Assim, a administração financeira não pode ser tratada como função secundária, pois ela ocupa posição central nas decisões que asseguram a permanência do negócio no mercado.

Esse entendimento dialoga com o postulado contábil da continuidade, segundo o qual a empresa é concebida como uma entidade que se manterá em funcionamento por tempo indeterminado, superando a presença de seus fundadores e gerando benefícios futuros. Essa visão, defendida por Oliveira (2020), reforça a necessidade de planejamento financeiro de longo prazo e de decisões conscientes quanto ao uso de capital próprio ou de terceiros.

### **2.3.2 A contabilidade como apoio à gestão financeira nas MPEs**

O uso estratégico da contabilidade representa um diferencial relevante para a administração de micro e pequenas empresas, especialmente em um ambiente marcado por limitações técnicas e estruturais. Tradicionalmente associada ao atendimento de obrigações fiscais, a contabilidade vem ganhando espaço como ferramenta de apoio ao processo decisório, fornecendo informações que contribuem para o controle financeiro, o planejamento e a análise de resultados.

Apesar dessa evolução, ainda é comum que muitos empreendedores considerem a contabilidade como algo restrito ao cumprimento de exigências legais. Essa visão reduzida faz com que a empresa deixe de utilizar dados essenciais que poderiam auxiliar na identificação de riscos, no aproveitamento de oportunidades e na elaboração de estratégias (BORTOLI, 2020). Essa lacuna é ainda mais evidente nas empresas que são geridas por seus próprios fundadores, os quais, muitas vezes, não possuem formação adequada em gestão empresarial.

A modernização dos processos contábeis, impulsionada pelo avanço tecnológico, tem permitido às MPEs o acesso a sistemas mais ágeis e completos. De acordo com Silva e Marion (2013, *apud* BORTOLI, 2020), a contabilidade passou por um processo de transformação, deixando de ser apenas um instrumento de registro para se tornar um componente fundamental no acompanhamento das movimentações econômicas e na avaliação patrimonial. A agilidade na geração de relatórios contribui

para a tomada de decisões com maior precisão, especialmente em contextos de mudanças rápidas no mercado.

Para que a contabilidade cumpra seu papel no cenário empresarial contemporâneo, é necessário abandonar a lógica tradicional e adotar uma perspectiva gerencial. O uso dos relatórios contábeis como base para decisões estratégicas fortalece o controle interno e contribui para o desempenho financeiro das organizações. Lopes Amorim (1937, *apud* BORTOLI, 2020) já destacava que a contabilidade deve ser capaz de revelar, de forma clara, as alterações qualitativas e quantitativas no patrimônio da empresa, permitindo que se mensurem os resultados ao longo do tempo.

Nesse contexto, a contabilidade ganha um papel mais abrangente, sendo reconhecida não apenas como ferramenta fiscal, mas também como instrumento de comunicação com diversos públicos – incluindo investidores, instituições financeiras e a própria equipe gestora. Com isso, torna-se possível aproximar as MPEs de práticas mais profissionais, que elevam seu nível de competitividade e contribuem para a sustentabilidade do negócio.

## 2.4 FERRAMENTAS E MODELOS DE GESTÃO FINANCEIRA PARA MPEs

A gestão financeira das micro e pequenas empresas (MPEs) exige um conjunto de ferramentas e modelos que ajudem os gestores na administração eficiente dos recursos financeiros e na tomada de decisões estratégicas. Devido à escassez de recursos e à crescente complexidade do ambiente de negócios, essas ferramentas são essenciais para garantir a sustentabilidade e o crescimento dessas empresas, e muitos empreendedores ainda utilizam essas ferramentas de forma limitada, o que pode comprometer a competitividade e a longevidade do negócio.

### 2.4.1 Principais ferramentas de Gestão Financeira

Entre os instrumentos mais importantes está o controle de fluxo de caixa, fundamental para monitorar as entradas e saídas financeiras diárias. A prática do acompanhamento constante do fluxo de caixa permite antecipar eventuais crises de liquidez e adotar medidas corretivas com antecedência. Apesar de sua relevância, muitos empresários não monitoram essa ferramenta de maneira adequada, o que

pode resultar em situações imprevistas e em uma gestão reativa, conforme aponta Bortoli (2020).

Outra ferramenta essencial é o orçamento empresarial, entendido não apenas como previsão de receitas e despesas, mas como um instrumento estratégico para orientar as operações em curto e longo prazo. Silva e Marion (2013, *apud* Bortoli, 2020) destacam que o orçamento viabiliza a definição de metas financeiras e a identificação de necessidades de ajuste conforme o comportamento do mercado.

No campo da análise de desempenho, os indicadores financeiros são indispensáveis para aferir a saúde econômica do empreendimento. Avaliações periódicas de liquidez, margem de lucro e retorno sobre investimentos (ROI) fornecem aos gestores informações essenciais para corrigir rumos e sustentar o crescimento, mas conforme evidenciado por Bortoli (2020) e Silva e Marion (2013), a baixa utilização desses indicadores ainda é uma realidade nas MPEs.

Além dessas ferramentas, destaca-se o papel da contabilidade gerencial como suporte estratégico. Diferentemente da contabilidade fiscal, voltada para o cumprimento de obrigações legais, a contabilidade gerencial foca na geração de informações úteis para a tomada de decisão empresarial. Segundo Neves (2017), a análise de custos e rentabilidade proporcionada pela contabilidade gerencial contribui significativamente para a otimização dos recursos disponíveis e para o fortalecimento da competitividade no mercado.

#### **2.4.2 Modelos de Gestão Aplicados às MPEs**

A estruturação da gestão financeira também passa pela adoção de modelos específicos, capazes de orientar as práticas dos gestores de MPEs. Um dos principais modelos é o planejamento estratégico financeiro, que propõe a integração das ações financeiras com os objetivos de longo prazo da empresa. A definição de metas claras, o mapeamento de riscos e a alocação racional de recursos são elementos centrais deste modelo, que, conforme aponta Bortoli (2020), deve estar presente não apenas em grandes corporações, mas também em pequenos negócios que desejam crescer de forma sustentável.

Outro modelo relevante é a gestão baseada em indicadores de desempenho, conhecidos como KPIs (*Key Performance Indicators*). A criação e o acompanhamento sistemático de métricas financeiras, operacionais e comerciais permitem que os

gestores identifiquem rapidamente desvios e oportunidades de melhoria. Bortoli (2020) observa que muitos empresários ainda têm dificuldades em selecionar os indicadores mais adequados, o que pode comprometer a efetividade dessa prática.

A projeção de fluxo de caixa também representa um modelo importante, principalmente para negócios sujeitos a sazonalidades ou variações de demanda. A antecipação das entradas e saídas de caixa, conforme descrevem Silva e Marion (2013), permite que a empresa se prepare para momentos de baixa liquidez e invista com mais segurança nos períodos de estabilidade.

Por fim, o modelo de gestão de custos e precificação destaca-se como fundamental para a rentabilidade das MPEs. A análise minuciosa dos custos fixos e variáveis e a definição de preços baseada não apenas nos custos, mas também no mercado e na percepção de valor do cliente, são práticas que, segundo Bortoli (2020), evitam margens de lucro reduzidas e garantem maior solidez financeira para o negócio.

#### **2.4.3 Desafios na implementação das práticas de Gestão Financeira**

Apesar da existência dessas ferramentas e modelos, a implementação prática nas MPEs enfrenta diversos desafios. Um dos obstáculos mais recorrentes é a carência de capacitação técnica dos gestores. Conforme apontam Neves (2017) e Bortoli (2020), muitos empreendedores têm origem operacional e não possuem formação sólida em finanças, o que dificulta a compreensão e utilização adequada dos instrumentos de gestão.

Outro fator limitante está relacionado à resistência à mudança, característica comum entre empreendedores habituados a métodos tradicionais de gestão. A introdução de novas práticas ou tecnologias costuma ser recebida com desconfiança, especialmente quando se consideram os custos iniciais de adaptação e o tempo necessário para o aprendizado. Conforme apontam Neves (2017) e Bortoli (2020), superar essa barreira exige sensibilizar os gestores quanto à importância da inovação financeira e investir em processos contínuos de capacitação e atualização.

A escassez de recursos também representa um desafio significativo. Muitas micro e pequenas empresas operam com margens de lucro estreitas, o que limita a capacidade de investir em *softwares* especializados ou contratar consultorias. Diante desse cenário, Bortoli (2020) defende que a adoção de ferramentas de gestão deve

ocorrer de forma gradual e alinhada à realidade de cada negócio, priorizando investimentos com retornos concretos e ajustando as práticas ao porte e à maturidade financeira da empresa.

Em síntese, embora as ferramentas e modelos de gestão financeira ofereçam um caminho para o fortalecimento das MPEs, sua eficácia depende da disposição dos gestores em adquirir novos conhecimentos, enfrentar resistências internas e promover uma gestão financeira ativa e inovadora.

## 2.5 IMPACTOS DE FATORES EXTERNOS NA GESTÃO FINANCEIRA DAS MPEs

No cenário econômico brasileiro, as Micro e Pequenas Empresas (MPEs) se destacam como um dos pilares mais relevantes da estrutura produtiva nacional, tanto pela quantidade expressiva de empreendimentos que representam quanto pelo volume de empregos que geram. No entanto, essas empresas operam, em sua maioria, com recursos limitados, estrutura reduzida e com significativa dependência do mercado local, o que as torna extremamente suscetíveis a fatores externos que impactam direta ou indiretamente a gestão financeira e a sustentabilidade de seus negócios (Elias & Silva, 2022).

Eventos inesperados, como crises sanitárias e desastres naturais, são exemplos de fatores que afetam diretamente a capacidade de adaptação e sobrevivência das MPEs, exigindo dos gestores respostas ágeis, estratégicas e, muitas vezes, além de suas capacidades financeiras e operacionais (Farias Júnior, 2023).

### 2.5.1 Impactos de Fatores Externos – Crise Sanitária

Durante a pandemia de Covid-19, iniciada em 2020, o Brasil enfrentou um dos períodos mais desafiadores de sua história recente, e as MPEs figuraram entre os setores mais afetados, especialmente no que diz respeito à manutenção da atividade econômica e à gestão de seus recursos financeiros. A imposição de medidas de distanciamento social, fechamento temporário do comércio e a paralisação parcial ou total de diversos setores econômicos impactaram diretamente o faturamento das pequenas empresas, que, em muitos casos, viram sua receita despencar em questão de semanas, comprometendo o capital de giro e a capacidade de honrar

compromissos financeiros, como pagamento de fornecedores, funcionários e tributos (SEBRAE-SP, 2014).

De acordo com o relatório do Governo do Estado do Rio Grande do Sul (2023), o Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE) do estado, que mede dimensões como renda, saúde e educação, registrou uma queda de 0,751 em 2019 para 0,723 em 2020, revelando os impactos concretos da crise sanitária na dinâmica econômica e social da região, com reflexos diretos nas atividades empresariais locais.

Além da evidente retração econômica, a pandemia escancarou fragilidades estruturais da maioria das MPEs brasileiras, especialmente no que se refere ao planejamento financeiro, à digitalização de processos e à capacidade de adaptação frente a mudanças abruptas. Muitas dessas empresas não dispunham de reservas financeiras suficientes para enfrentar longos períodos de inatividade e não possuíam estratégias para migração ao ambiente digital, que se mostrou essencial durante a pandemia. Como aponta o SEBRAE-SP (2014), entre os principais fatores que levam à mortalidade precoce dos pequenos negócios estão a ausência de planejamento, o desconhecimento das ferramentas de controle financeiro e a falta de capacitação dos gestores em áreas estratégicas como fluxo de caixa, precificação e análise de mercado.

Particularmente no Sul do Brasil, e mais especificamente no Rio Grande do Sul, a crise provocada pela pandemia foi agravada por outras dificuldades já enfrentadas pelas MPEs da região, como a elevada carga tributária, o acesso restrito a linhas de crédito e a dependência de setores econômicos tradicionais que foram duramente afetados, como comércio, serviços presenciais e pequenas indústrias. As políticas públicas de apoio emergencial, embora importantes, não conseguiram atender de forma eficiente e universal às necessidades dos pequenos empresários, e muitas empresas não conseguiram cumprir os critérios exigidos para acesso aos créditos oferecidos durante a pandemia (Governo do Estado do RS, 2023).

### **2.5.2 Impactos de Fatores Externos – Desastres Climáticos**

No ano de 2024, o Estado do Rio Grande do Sul teve um novo desafio de grandes proporções: as enchentes devastadoras que atingiram diversas regiões do estado, ocasionadas por chuvas intensas, elevação dos rios e deslizamentos de terra, geraram impactos materiais e financeiros em milhares de empresas. De acordo com

o relatório da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA, 2025), os prejuízos totais associados aos eventos climáticos de 2024 ultrapassaram a marca de R\$ 9 bilhões no Rio Grande do Sul, com perdas concentradas principalmente entre os pequenos negócios que não possuíam seguros, estruturas de proteção ou planos de contingência para lidar com desastres naturais dessa magnitude.

Além das perdas materiais como destruição de estoques, equipamentos, documentos e infraestrutura física, muitos empreendedores enfrentaram desafios logísticos, como a impossibilidade de acessar seus estabelecimentos por semanas, interrupção dos serviços de energia elétrica e internet, bloqueios em estradas e falta de comunicação com fornecedores e clientes. O impacto se refletiu também na taxa de empregabilidade do estado: segundo levantamento do Governo do Estado do RS (2024), o mês de maio daquele ano registrou saldo negativo de 22.180 postos de trabalho com carteira assinada, tornando o Rio Grande do Sul o único estado brasileiro com mais demissões do que contratações formais nesse período. Esse dado demonstra não apenas o impacto das enchentes sobre a economia formal, mas evidência como as MPEs que concentram a maior parte da geração de empregos formais nas regiões urbanas e rurais gaúchas, que foram profundamente afetadas.

É importante destacar que os efeitos de desastres naturais como as enchentes não se limitam aos prejuízos de curto prazo, muitas MPEs, ao serem forçadas a suspender atividades por tempo indeterminado, enfrentam o risco de perda definitiva de mercado, esvaziamento da clientela e dificuldade de reposição de estoques, o que compromete seu funcionamento futuro mesmo após a estabilização do ambiente externo. O relatório da ANA (2025) ainda aponta que, para além dos prejuízos financeiros diretos, os danos às redes de transporte, ao saneamento básico e à mobilidade urbana prolongaram o tempo necessário para a retomada econômica de municípios inteiros, ampliando a crise vivenciada pelas MPEs locais e dificultando seu acesso a recursos, matérias-primas e canais de escoamento da produção.

Frente a esse contexto de sucessivos desafios, torna-se imprescindível a formulação e implementação de políticas públicas voltadas à construção de um ecossistema de apoio mais sólido para as micro e pequenas empresas, especialmente no que diz respeito à preparação para eventos extremos. Como defendido por Molter (2022), é necessário que os empreendedores passem a incorporar práticas de gestão de riscos em seus planos de negócios, bem como busquem capacitação contínua em educação financeira, inovação e planejamento estratégico. A gestão eficiente de

recursos, aliada a uma cultura empresarial voltada para a prevenção e para a resiliência, pode representar a diferença entre a sobrevivência e o fechamento de um empreendimento diante de adversidades externas.

Por fim, os impactos observados tanto durante a pandemia quanto nas enchentes que assolaram o Rio Grande do Sul em 2024 demonstram que as MPEs brasileiras precisam de apoio institucional consistente, acesso facilitado a crédito emergencial, incentivos à formalização de seguros empresariais e orientação técnica contínua para que possam enfrentar com maior segurança as incertezas que marcam o ambiente econômico atual. Nesse sentido, o fortalecimento da gestão financeira e o desenvolvimento de competências adaptativas não devem ser tratados como diferenciais, mas como requisitos essenciais à sobrevivência das MPEs em um cenário de vulnerabilidades crescentes.

## 2.6 EDUCAÇÃO FINANCEIRA COMO BASE PARA INOVAÇÃO

A educação financeira tem se consolidado como um dos pilares mais importantes para que micro e pequenas empresas (MPEs) consigam não apenas sobreviver em um mercado competitivo, mas também se desenvolver de forma inovadora e sustentável. O domínio de conceitos financeiros básicos permite ao empreendedor uma maior capacidade de planejamento, análise e execução de estratégias que envolvem risco e retorno, fundamentais para a inovação. Savoia, Saito e Santana (2007) ressaltam que o conhecimento financeiro proporciona habilidades essenciais para a tomada de decisões seguras, conectando o empreendedor de maneira mais eficiente ao ambiente econômico. Essa conexão favorece não só a sobrevivência da empresa no curto prazo, mas também a identificação de oportunidades de crescimento e inovação a médio e longo prazo, especialmente em setores que demandam constante adaptação tecnológica.

Gestores com base sólida em finanças demonstram maior capacidade crítica na avaliação de ferramentas e tecnologias inovadoras, como plataformas digitais de pagamento, *softwares* de gestão integrada e métodos de controle automatizado de estoque e fluxo de caixa (Cordeiro; Costa; Silva, 2018). Essas ferramentas não apenas facilitam o dia a dia do empreendedor, mas também permitem a coleta de dados em tempo real, aumentando a assertividade nas decisões estratégicas. Quando bem integradas à rotina empresarial, tais inovações contribuem significativamente

para a otimização dos processos internos, redução de desperdícios, aumento da produtividade e, conseqüentemente, melhoria da competitividade no cenário digital. É importante destacar que a inovação, nesse contexto, não se limita à adoção de tecnologia, mas engloba também a capacidade de reinterpretar práticas e reorganizar modelos de negócio com base na análise de dados financeiros sólidos.

Hofmann e Moro (2013) destacam que o ensino financeiro, sobretudo quando integrado a abordagens matemáticas, desenvolve competências como raciocínio lógico, análise de riscos e tomada de decisões, todas fundamentais à inovação empresarial. Isso porque, ao compreender a lógica por trás dos cálculos financeiros e da avaliação de investimentos, o empreendedor se torna mais apto a avaliar alternativas, projetar cenários e identificar oportunidades estratégicas com menor margem de erro. Nesse sentido, o letramento financeiro se torna uma ponte entre a teoria e a prática, permitindo que o empreendedor compreenda e implemente inovações de maneira estratégica, racional e bem fundamentada. Essa preparação prévia reduz a resistência à mudança, aumenta a aceitação de novas ideias e favorece a cultura da inovação nas MPEs.

Jacob, Hudson e Bush (2000) reforçam que o domínio de conceitos como valor do dinheiro no tempo, capital de giro e custo de oportunidade amplia a autonomia empresarial. A compreensão desses elementos é essencial para decisões relacionadas a investimentos, financiamento, precificação de produtos e expansão dos negócios. Um gestor que entende esses princípios é capaz de avaliar o impacto de uma nova linha de crédito ou tecnologia antes de incorporá-la à rotina da empresa, reduzindo riscos e evitando decisões impulsivas. Além disso, essa autonomia permite ao empreendedor uma melhor negociação com fornecedores, instituições financeiras e parceiros estratégicos, contribuindo para uma atuação mais proativa e menos reativa diante das transformações do mercado.

A esse respeito, Bortoli (2020) argumenta que a organização financeira pessoal e empresarial está diretamente associada à resiliência frente às adversidades. Em contextos desafiadores, como crises econômicas, mudanças tecnológicas rápidas ou instabilidades políticas, empresas lideradas por gestores financeiramente preparados demonstram maior capacidade de adaptação e inovação. A educação financeira, nesse contexto, atua como um mecanismo preventivo, que fortalece a estrutura de gestão e evita que os empreendedores tomem decisões precipitadas baseadas apenas em intuições. Ao contrário, ela promove uma cultura de análise e

planejamento, características essenciais para que a inovação ocorra de maneira estruturada e sustentável.

Entretanto, mesmo com tantos benefícios evidenciados, muitos empreendedores brasileiros ainda iniciam seus negócios por vocação técnica ou necessidade imediata de geração de renda, sem o preparo necessário para lidar com finanças de forma eficaz. Mandell (2005) observa que mesmo em países desenvolvidos a ausência de programas estruturados de educação financeira afeta negativamente o planejamento de longo prazo dos pequenos empresários. No Brasil, essa realidade é ainda mais crítica, dada a baixa aderência de conteúdos financeiros no currículo formal e a falta de iniciativas públicas voltadas à capacitação de microempreendedores. Essa lacuna evidencia a necessidade urgente de políticas públicas que incentivem a capacitação continuada, promovendo parcerias entre governos, universidades, instituições financeiras e organizações do terceiro setor.

Nesse cenário, Braunstein e Welch (2002) apontam que consumidores e empresários bem informados forçam o mercado a oferecer produtos mais adequados e serviços mais eficazes, o que gera um ciclo virtuoso de melhoria contínua. Essa transformação ocorre porque o conhecimento gera demanda por inovação, pressionando fornecedores e instituições financeiras a se reinventarem. Assim, a educação financeira se posiciona como uma ferramenta de empoderamento econômico e social, permitindo ao gestor compreender o momento certo de inovar, quais tecnologias são mais aderentes à sua realidade e como adaptar seus processos à nova economia. Em última instância, ela se torna um elemento de democratização da inovação, tornando acessíveis práticas antes restritas a grandes corporações.

### **2.6.1 Inovação Financeira nas MPEs**

A inovação financeira refere-se à adoção de práticas, metodologias e ferramentas que possibilitam às empresas uma gestão mais eficiente, flexível e inteligente dos seus recursos financeiros. Essa inovação não se limita à aquisição de novas tecnologias, mas também envolve mudanças comportamentais, culturais e estratégicas no modo como os empreendedores compreendem e utilizam os dados financeiros em suas decisões cotidianas. De acordo com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE (2018), a inovação ocorre quando a empresa introduz um produto ou processo de negócio novo ou

significativamente melhorado, abrangendo desde melhorias tecnológicas até mudanças organizacionais e operacionais que elevam o desempenho. No contexto das micro e pequenas empresas (MPEs), essa capacidade inovadora é essencial para manter competitividade e superar limitações estruturais, financeiras e de acesso à informação. Savoia, Saito e Santana (2007) afirmam que a educação financeira funciona como pré-requisito para que os gestores consigam interpretar corretamente os dados econômicos e, a partir disso, planejar e executar estratégias financeiras inovadoras. Isso significa que a inovação, no campo financeiro, exige não apenas familiaridade com ferramentas tecnológicas, mas também domínio conceitual e habilidade analítica. Sem esse alicerce, o uso de tecnologias pode se tornar superficial, gerando investimentos mal direcionados e desperdício de recursos. A inovação eficaz, portanto, depende da capacidade do empreendedor em enxergar valor nos dados e traduzir esse valor em decisões práticas que otimizem os resultados da empresa. Trata-se de um processo contínuo de aprendizado e adaptação, em que o gestor deve estar atento às mudanças no mercado, às exigências do consumidor e às transformações tecnológicas.

O avanço da digitalização bancária no Brasil, impulsionado pelo aumento do uso de internet e dispositivos móveis, transformou radicalmente a maneira como as MPEs lidam com o sistema financeiro. Segundo Marques (2021), esse avanço permitiu que serviços antes exclusivos de grandes corporações se tornassem acessíveis às pequenas empresas. Aplicativos móveis de controle financeiro, sistemas de gestão empresarial (ERP) integrados e transações instantâneas via Pix são exemplos de inovações que estão ao alcance dos pequenos negócios e que proporcionam maior controle, transparência e agilidade na administração das finanças. Essa democratização do acesso a soluções financeiras tecnológicas tem reduzido barreiras e possibilitado que empreendedores com poucos recursos explorem ferramentas antes impensáveis, com impactos diretos na produtividade, na redução de custos e no relacionamento com clientes e fornecedores.

Complementarmente, Montandon Capuzzo e Mairink (2024) destacam o papel das tecnologias financeiras como agentes de inclusão financeira digital. Por meio de soluções personalizadas, interfaces intuitivas e menores exigências burocráticas, essas instituições têm oferecido alternativas eficientes, acessíveis e menos onerosas aos microempreendedores. Isso permite maior descentralização do crédito, diversificação das fontes de financiamento e ampliação do controle sobre receitas e

despesas, fatores essenciais para a sustentabilidade financeira das MPEs. A presença crescente das *fintechs* também tem estimulado a concorrência no setor financeiro tradicional, o que, por sua vez, leva bancos e outras instituições a se modernizarem e oferecerem produtos mais aderentes às necessidades dos pequenos empresários.

Entretanto, mesmo com todas essas oportunidades, ainda persistem desafios significativos para a plena incorporação da inovação financeira nas MPEs, segundo dados da FEBRABAN (2017), muitos empreendedores demonstram resistência à adoção de novas tecnologias, seja por desconhecimento, medo de exposição de dados ou insegurança quanto à confiabilidade das soluções disponíveis. Essa resistência se agrava em contextos de baixa escolaridade financeira, nos quais a compreensão sobre as funcionalidades e os benefícios das ferramentas tecnológicas é limitada. Tal cenário reforça a importância da capacitação técnica continuada e do apoio institucional por meio de programas de formação, consultorias especializadas e redes de apoio empresarial. A atuação conjunta de entidades públicas e privadas é fundamental para romper esse ciclo de resistência e promover um ambiente favorável à inovação.

Casarotto Filho e Kopittke (2010) alertam que cada inovação deve ser cuidadosamente avaliada com base no conceito do valor do dinheiro no tempo, uma vez que todo investimento representa uma escolha estratégica que envolve riscos, custos e oportunidades futuras. Essa avaliação se torna ainda mais complexa nas MPEs, onde os recursos são escassos e as margens de erro são pequenas. Nesse sentido, a educação financeira auxilia o gestor a realizar simulações, estimar retornos e compreender os prazos ideais para retorno do capital investido. Já Lima (2006) acrescenta que, para empresas que atuam com múltiplos produtos ou serviços, a utilização de ferramentas digitais facilita o cálculo do ponto de equilíbrio e o controle detalhado dos custos operacionais, o que permite decisões mais precisas e planejadas.

Portanto, a inovação financeira nas MPEs representa uma oportunidade estratégica de crescimento, profissionalização e modernização, como apontam Carvalho, Reis e Cavalcante (2011), não se trata apenas de incorporar novas tecnologias, mas de promover uma transformação organizacional profunda, que envolva a valorização da criatividade, da gestão orientada por dados e da integração com atores externos, como universidades, *startups* financeiras, bancos digitais e

programas governamentais de incentivo. Nesse ecossistema de inovação, o conhecimento financeiro atua como base sólida sobre a qual se constroem práticas empresariais mais conscientes, sustentáveis e alinhadas às exigências de um mercado em constante transformação.

## 2.7 GOVERNANÇA CORPORATIVA E SUA INFLUÊNCIA NA GESTÃO FINANCEIRA DAS MPEs

A governança corporativa exerce papel central no fortalecimento da gestão financeira das empresas, promovendo maior transparência, responsabilidade e eficiência na condução dos negócios. Embora tenha sido originalmente desenvolvida com foco em grandes corporações, suas diretrizes têm ganhado espaço entre as micro e pequenas empresas, sobretudo à medida que estas buscam acesso a crédito, atração de investidores e profissionalização da gestão. Segundo Alencastro e Alves (2017), a governança se estrutura a partir de quatro princípios fundamentais: equidade, prestação de contas, transparência e responsabilidade corporativa. A internalização desses princípios contribui para a construção de relações mais sólidas com os stakeholders e para a criação de um ambiente de negócios mais estável e confiável.

No contexto das MPEs, a adoção de práticas de governança pode representar uma importante vantagem competitiva, com a estruturação de processos decisórios mais claros, a definição de papéis entre sócios e gestores, bem como a formalização de regras internas de controle, que reduzem a vulnerabilidade da empresa a erros de gestão, fraudes ou decisões impulsivas. Casos como o da norte-americana Enron Corporation, que colapsou devido a fraudes contábeis e à ausência de mecanismos de controle eficazes, são emblemáticos da importância de uma governança sólida. Como destacam Alencastro e Alves (2017), o escândalo da Enron, que chegou a ocultar bilhões em dívidas com práticas de “contabilidade criativa”, comprometeu a credibilidade da companhia e levou ao encerramento de suas atividades, além de ter arrastado consigo uma das maiores empresas de auditoria do mundo.

Esses episódios reforçam que a governança não deve ser apenas um conjunto de formalidades, mas um sistema ativo de vigilância e prestação de contas. Como observam Veiga, Kuhl, Arbués, (2015), escândalos corporativos desse tipo geram crises de confiança nos mercados e reforçam a necessidade de práticas que garantam

transparência e responsabilidade. No Brasil, mesmo com certa resistência à abertura de capital e à adoção de práticas mais rigorosas entre as pequenas empresas, observa-se um movimento gradual de valorização da governança, principalmente em negócios que visam atrair fundos de investimento ou participar de licitações públicas.

O Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) (s.d.) destaca que a função da governança é assegurar que os administradores prestem contas de forma clara e que o poder decisório seja exercido com responsabilidade, respeitando os interesses de todos os envolvidos com a empresa. Essa estrutura é ainda mais relevante nas MPEs, onde a centralização das decisões em uma única pessoa, geralmente o proprietário, pode comprometer a objetividade e a continuidade do negócio. A governança permite a criação de conselhos consultivos, auditorias internas e relatórios periódicos que orientam o gestor e garantem a perenidade das decisões, mesmo diante de mudanças ou sucessões. Além disso, favorece uma cultura organizacional baseada na ética, no respeito às normas e na busca por resultados sustentáveis.

Para Francisco Filho (2016), a controladoria, uma das áreas fundamentais dentro da governança, exerce a função de monitorar a performance financeira, garantir a geração de informações confiáveis e apoiar o processo decisório. Ela atua como um "navegador do navio", fornecendo dados estratégicos que permitem ao gestor tomar decisões fundamentadas, corrigir rotas e evitar riscos excessivos. A presença de uma controladoria eficaz, mesmo em pequenas empresas, contribui para o aumento da lucratividade, redução de custos e mitigação de erros que, acumulados, poderiam comprometer a saúde financeira da organização. A governança, ao incorporar essa e outras práticas de gestão, eleva o nível de profissionalismo nas MPEs e prepara o negócio para novas etapas de desenvolvimento.

Além disso, a implementação de governança favorece o uso de sistemas integrados de gestão (ERP), que organizam informações de diferentes áreas da empresa e garantem maior controle sobre entradas, saídas, estoques, contratos e obrigações legais. Com isso, as MPEs ganham em eficiência operacional e conformidade regulatória, fatores que pesam fortemente na análise de risco feita por instituições financeiras na concessão de crédito. Essa postura mais profissional e planejada amplia as oportunidades de mercado, incluindo acesso a novos canais de venda, programas de incentivo, parcerias estratégicas e até processos de internacionalização em alguns setores.

Por fim, é importante destacar que a governança corporativa contribui significativamente para a reputação e o valor da empresa perante o mercado. Estudos como os de Lloret (2016) e Shahwan (2015) demonstram que empresas comprometidas com boas práticas de governança tendem a apresentar melhor desempenho financeiro ao longo do tempo, justamente por operarem de forma mais ética, transparente e sustentável. A construção de uma imagem positiva diante de clientes, fornecedores, investidores e reguladores não apenas evita sanções ou desconfiças, como também gera confiança e fidelização. Assim, investir em governança é investir no futuro do negócio, transformando-o em uma organização mais resiliente, inovadora e capaz de se adaptar às constantes transformações do ambiente empresarial contemporâneo.

## 2.8 RESUMO DA FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Com base nos tópicos abordados ao longo desta fundamentação teórica, torna-se possível sistematizar os principais conceitos, enfoques e autores que embasaram o presente estudo. A seguir, o Quadro 1 sintetiza os temas centrais discutidos, relacionando-os aos respectivos enfoques teóricos, às definições mais representativas e às contribuições dos autores analisados. Essa organização tem como objetivo facilitar a visualização dos principais pilares conceituais que sustentam o trabalho, servindo como referência para a continuidade da pesquisa e para a construção da análise nos capítulos seguintes.

Quadro 1 - Resumo da fundamentação teórica

TEMA	ENFOQUE	DEFINIÇÃO SINTETIZADA	AUTORES	OBJETIVO ESPECÍFICO RELACIONADO
Educação Financeira	Capacitação e letramento	Ferramenta essencial que capacita empreendedores na tomada de decisões, planejamento e uso consciente dos recursos.	Savoia, Saito e Santana (2007); Mandell (2005); Elias e Silva (2022); Braunstein e Welch (2002)	Diagnosticar o nível de conhecimento financeiro dos micro e pequenos empreendedores da cidade.
Inovação Financeira	Acesso a tecnologias e soluções digitais	Utilização de ferramentas tecnológicas, soluções digitais e <i>fintechs</i> para otimizar a gestão financeira e ampliar a competitividade.	Marques (2021); Montandon Capuzzo e Mairink (2024); Casarotto Filho e Kopittke (2010); Lima (2006); Carvalho, Reis e Cavalcante (2011); Bortoli (2020)	Comparar as práticas de gestão financeira adotadas por empreendedores com diferentes níveis de conhecimento.
Governança Corporativa	Transparência, controle e ética	Sistema baseado em princípios de equidade, transparência e prestação de contas que fortalece a gestão e a sustentabilidade empresarial.	Alencastro e Alves (2017); IBGC (s.d.); Veiga <i>et al.</i> (2015); Lloret (2016); Shahwan (2015); Francisco Filho (2016); Elias e Silva (2022); Farias Júnior (2023)	Identificar quais fatores, além do conhecimento em educação financeira, influenciam a gestão dos negócios.
Ferramentas de Gestão Financeira	Fluxo de caixa, orçamento e indicadores	Instrumentos de controle e análise financeira fundamentais para a sobrevivência, como fluxo de caixa, orçamento e indicadores de desempenho.	Bortoli (2020); Silva e Marion (2013); Neves (2017); Andrade Gomes <i>et al.</i> (2014)	Mapear os principais desafios enfrentados pelos micro e pequenos empreendedores na administração de suas finanças.
Fatores Externos	Crises sanitárias e desastres climáticos	Eventos externos que impactam diretamente a estabilidade e continuidade das MPEs, exigindo resiliência e planejamento estratégico.	Elias e Silva (2022); Farias Júnior (2023); ANA (2025); SEBRAE (2023); IBGE (2022)	Identificar quais fatores, além do conhecimento em educação financeira, influenciam a gestão dos negócios.

Fonte: próprio autor, 2025.

### 3 METODOLOGIA

Este capítulo apresenta os procedimentos metodológicos adotados para a realização da pesquisa, cujo objetivo é analisar a relação entre o conhecimento em educação financeira e a gestão financeira em micro e pequenas empresas (MPEs) no município de Bento Gonçalves. A estrutura metodológica foi planejada para garantir clareza, coerência e confiabilidade na coleta, tratamento e análise das informações.

#### 3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

A presente pesquisa caracteriza-se por adotar uma abordagem quantitativa, de natureza descritiva, com a utilização da estratégia de levantamento (*survey*) como técnica de coleta de dados. Essa abordagem foi escolhida por possibilitar a obtenção de informações mensuráveis, favorecendo a identificação de padrões e a análise objetiva de relações entre variáveis relacionadas ao conhecimento em educação financeira e às práticas de gestão nas MPEs.

Segundo Sampieri, Collado e Lucio (2013), a pesquisa quantitativa busca compreender os fenômenos por meio da coleta de dados numéricos, os quais são posteriormente submetidos à análise estatística. A característica descritiva da pesquisa, por sua vez, permite observar e registrar fatos sem intervenção do pesquisador, favorecendo a interpretação fiel da realidade estudada.

A utilização do *survey* como estratégia de levantamento é justificada por sua ampla aplicação em estudos das áreas sociais e administrativas, sobretudo quando se busca coletar dados padronizados de um grupo de interesse. Conforme Babbie (2001), trata-se de um método eficaz para reunir informações sobre percepções, atitudes e comportamentos, por meio da aplicação de questionários estruturados. O *survey* difere da enquete pela maior formalização do instrumento e pelo uso de análises mais sistemáticas dos dados obtidos.

Nesta pesquisa, o instrumento adotado foi um questionário estruturado, com perguntas fechadas, elaborado com base nos objetivos do estudo. A padronização facilita a comparação entre as respostas e a organização estatística dos dados, conforme orientam Dias *et al.* (2012).

### 3.2 PARTICIPANTES DO ESTUDO

A população-alvo da pesquisa é composta por gestores e empreendedores de micro e pequenas empresas localizadas no município de Bento Gonçalves. A escolha desse grupo se deve à importância econômica que essas empresas representam no contexto local, bem como aos desafios específicos que enfrentam na área da gestão financeira. Segundo dados atualizados do *DataSebrae*, em novembro de 2025, o município conta com 2.477 microempresas, 887 microempreendedores individuais e 711 empresas de pequeno porte, o que reforça a representatividade e relevância desse segmento para o estudo.

A amostra adotada foi não probabilística por conveniência, sendo os participantes selecionados com base em critérios de acessibilidade e disponibilidade. De acordo com Filho e Filho (2015), esse tipo de amostragem é apropriado para estudos aplicados, principalmente quando há limitações de tempo, recursos ou acesso total à população.

O número final de participantes foi definido a partir das recomendações de Hair *et al.* (2009), os quais sugerem que se tenha, no mínimo, cinco respondentes por variável analisada, a fim de garantir a consistência e a confiabilidade dos resultados estatísticos.

A pesquisa foi direcionada a micro e pequenas empresas do município de Bento Gonçalves, selecionadas por conveniência de acordo com o perfil estabelecido. Esse perfil foi previamente definido a partir do objetivo central do estudo, que buscava compreender práticas financeiras entre empreendedores locais de pequeno porte, o que exigiu delimitar participantes que se enquadrassem nas classificações de MEI, microempresa ou empresa de pequeno porte. Assim, a amostra caracteriza-se como não probabilística, conforme destaca Hair *et al.* (2009), sendo composta por empreendedores que se enquadravam nos critérios previamente definidos para o estudo. Tais critérios foram elaborados considerando tanto a realidade econômica do município, amplamente formada por negócios de pequeno porte, quanto a necessidade metodológica de coletar informações diretamente de gestores responsáveis pela administração financeira de seus próprios empreendimentos.

A escolha por esse tipo de amostragem justifica-se pelo fato de que nem todos os empreendedores da cidade possuem a mesma disponibilidade para responder ao

instrumento, além de a pesquisa buscar captar percepções específicas de um grupo delimitado. Por essa razão, a seleção dos participantes foi realizada a partir de contatos, redes locais e grupos de empreendedores, contemplando apenas aqueles que atendiam aos requisitos mencionados, o que assegurou a adequação da amostra ao propósito investigativo mesmo na ausência de uma base de dados formal única.

Dessa forma, foram considerados apenas os empresários que atendiam ao recorte estabelecido, ou seja, aqueles que conduzem micro e pequenas empresas em Bento Gonçalves. Apesar de a seleção ter ocorrido por conveniência, buscou-se contemplar diversidade de setores e perfis, de modo que os respondentes representassem adequadamente o público-alvo definido, respeitando os limites da amostragem não probabilística. Para a definição do número mínimo de respondentes, utilizou-se o critério proposto por Hair et al. (2009), que recomenda cinco respondentes para cada questão do instrumento de pesquisa. Como o questionário final foi composto por 14 perguntas, definiu-se que a amostra deveria contar com, no mínimo, 70 participantes, garantindo a consistência dos resultados obtidos e a possibilidade de generalização dentro do contexto local estudado. Assim, mesmo partindo de uma amostra intencional, assegurou-se que o número de participantes e o alinhamento ao perfil definido contribuíssem para que os resultados fossem representativos do grupo específico analisado.

### 3.3 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS

A coleta dos dados foi realizada por meio de um questionário eletrônico autoadministrado, elaborado conforme os objetivos da pesquisa e estruturado com questões relativas ao perfil dos participantes, ao nível de conhecimento em educação financeira e às práticas de gestão adotadas nas empresas.

O questionário foi disponibilizado por meio da plataforma *Google Forms*, e o link de acesso foi enviado aos participantes por canais digitais, como e-mail, redes sociais e aplicativos de mensagens instantâneas. Essa forma de aplicação visa facilitar a participação, considerando a rotina intensa dos gestores de MPEs, além de garantir agilidade na organização e tratamento das informações.

Antes da aplicação definitiva, foi realizado um pré-teste com um pequeno grupo de empresários, a fim de verificar a clareza, coerência e compreensão das perguntas. Conforme Públio (2012), essa etapa é fundamental para assegurar a qualidade do

instrumento. Caso sejam identificadas inconsistências ou dificuldades de compreensão, o questionário será ajustado antes de ser aplicado na versão final.

A escolha pelo formato digital acompanha a modernização dos métodos de pesquisa e contribui para a eficiência do levantamento de dados, como destacam Schmuller (2019) e Dutt-Ross (2020), ao tratarem da importância das tecnologias na coleta estruturada de informações.

O processo de coleta de dados foi cuidadosamente planejado a fim de assegurar a confiabilidade e a validade das informações. Em um primeiro momento, o questionário foi construído com base no objetivo geral e nos objetivos específicos da pesquisa, buscando contemplar dimensões ligadas ao conhecimento em educação financeira e sua relação com a gestão das micro e pequenas empresas. Antes da aplicação definitiva, optou-se pela realização de um pré-teste com cinco empreendedores da cidade, utilizando-se um formulário físico, com a finalidade de avaliar a clareza, a pertinência e a compreensão das questões. Esse pré-teste permitiu verificar a adequação do instrumento e confirmar que não seriam necessárias alterações significativas em sua redação.

Após essa etapa, o questionário foi transposto para a plataforma *Google Forms*, o que possibilitou maior alcance e praticidade no processo de coleta. O instrumento permaneceu disponível para respostas durante o período de 25 de agosto a 08 de setembro de 2025, sendo amplamente divulgado entre micro e pequenos empresários de Bento Gonçalves que se encaixavam no perfil de interesse da pesquisa, obtendo-se como retorno 77 questionários respondidos. Essa estratégia de coleta buscou atingir o número mínimo de respondentes previamente definido, assegurando que a amostra fosse representativa dentro dos critérios estabelecidos.

### 3.4 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DOS DADOS

Após a etapa de coleta, os dados obtidos foram organizados em planilhas eletrônicas, visando facilitar tanto o tratamento quanto a análise das informações. Essa organização inicial é fundamental para garantir clareza e sistematização, permitindo que o conjunto de respostas seja visualizado de forma estruturada e coerente com os objetivos da pesquisa.

A análise foi iniciada por meio de procedimentos estatísticos descritivos, que têm como finalidade apresentar um panorama geral e acessível das informações

coletadas. Foram aplicadas medidas como frequências absolutas e relativas, médias aritméticas e distribuições percentuais, as quais possibilitam uma leitura clara do perfil dos participantes, bem como dos padrões predominantes nas respostas. Essa etapa de síntese é essencial, pois, conforme apontam Creswell e Creswell (2017), a análise quantitativa oferece uma base sólida para a interpretação de fenômenos a partir de dados objetivos e numéricos, promovendo resultados replicáveis e confiáveis.

Além disso, a análise estatística permite mensurar com precisão as variáveis investigadas, favorecendo a identificação de tendências e correlações relevantes, mesmo quando se trabalha com uma amostra relativamente limitada. Como destacam Babbie (2013) e Field (2018), essa abordagem amplia a capacidade de compreensão dos fenômenos sociais e organizacionais, oferecendo evidências concretas e observacionais que podem subsidiar decisões estratégicas, especialmente no contexto das micro e pequenas empresas.

A condução da análise foi realizada de maneira interpretativa, buscando dialogar constantemente com os objetivos propostos e com os referenciais teóricos apresentados, respeitando os limites da amostra e evitando qualquer tipo de generalização indevida. Assim, embora os dados quantitativos ofereçam uma base mensurável, a interpretação seguiu pautada na coerência com o escopo da pesquisa e na cautela ética diante das informações obtidas.

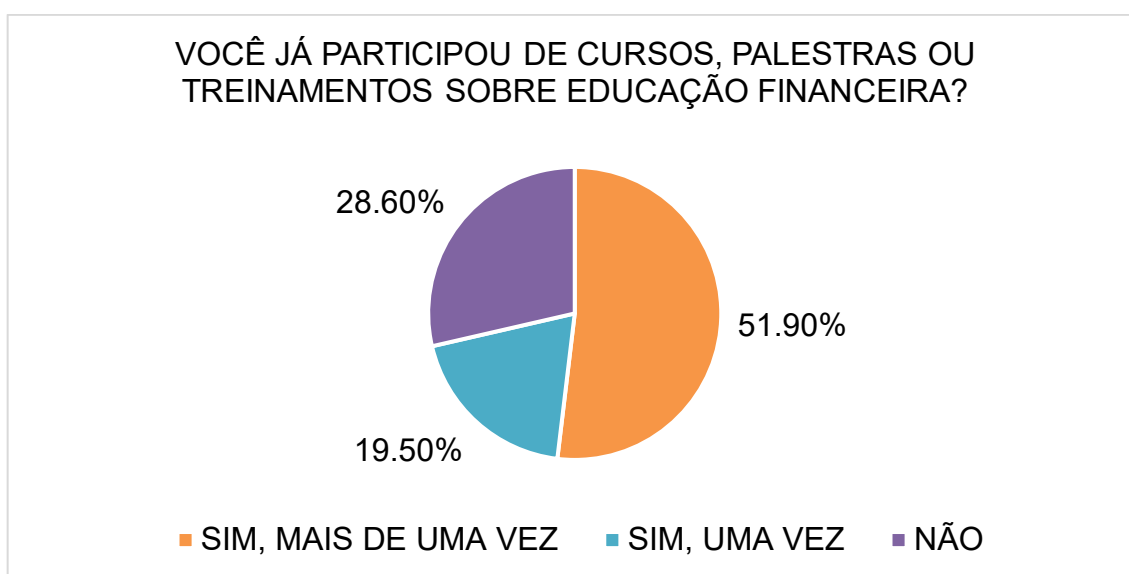
Todo o processo foi orientado por princípios da estatística aplicada à pesquisa social, prezando pela transparência metodológica, pela validade interna dos achados e pelo compromisso com a integridade científica. Em consonância com Bryman (2016), é importante lembrar que a análise quantitativa não se resume à aplicação mecânica de fórmulas estatísticas, mas envolve uma leitura crítica e contextualizada dos dados, que deve considerar tanto os limites quanto as possibilidades que o método oferece.

#### 4 DESENVOLVIMENTO E RESULTADOS

No presente capítulo, serão expostos os resultados obtidos por meio da aplicação do questionário aos micro e pequenos empreendedores de Bento Gonçalves, Rio Grande do Sul. Foram consideradas 77 respostas para a análise e apresentação dos resultados desta pesquisa acadêmica.

Segundo a Figura 1, são apresentados os resultados da primeira pergunta do questionário: "Você já participou de cursos, palestras ou treinamentos sobre educação financeira?". De acordo com os dados obtidos, 51,90% dos participantes responderam que já participaram mais de uma vez, enquanto 19,50% indicaram somente uma vez. Por outro lado, 28,60% dos respondentes não participaram de nenhum curso ou treinamento sobre educação financeira.

Figura 1 – Participação em cursos de Educação Financeira.

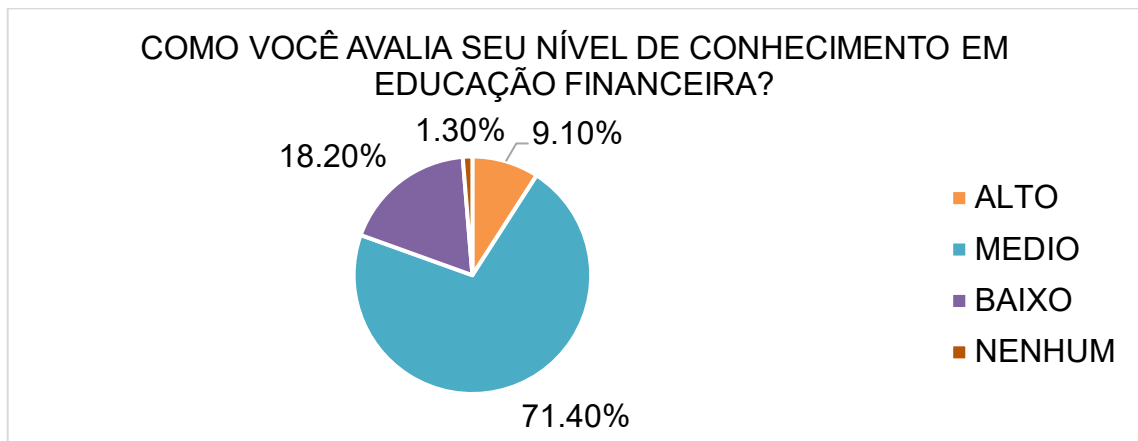


Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

A análise desses resultados demonstra que a maioria dos empreendedores já teve algum tipo de contato com a educação financeira, o que indica uma crescente conscientização sobre a relevância desse conhecimento para a gestão dos negócios. Ao mesmo tempo, o percentual de 28,60% de empreendedores que nunca participaram de treinamentos aponta para uma lacuna que pode comprometer a sustentabilidade de seus empreendimentos, especialmente em cenários de instabilidade econômica.

Consultando o nível de conhecimento em educação financeira, a Figura 2 demonstra os resultados da pergunta: “Como você avalia seu nível de conhecimento em educação financeira?”. Nota-se que 71,40% dos empreendedores se consideram em nível médio, 18,20% em nível baixo, 9,10% afirmaram possuir conhecimento alto e apenas 1,30% declararam não possuir nenhum conhecimento sobre o tema.

Figura 2 – Nível de conhecimento em Educação Financeira.

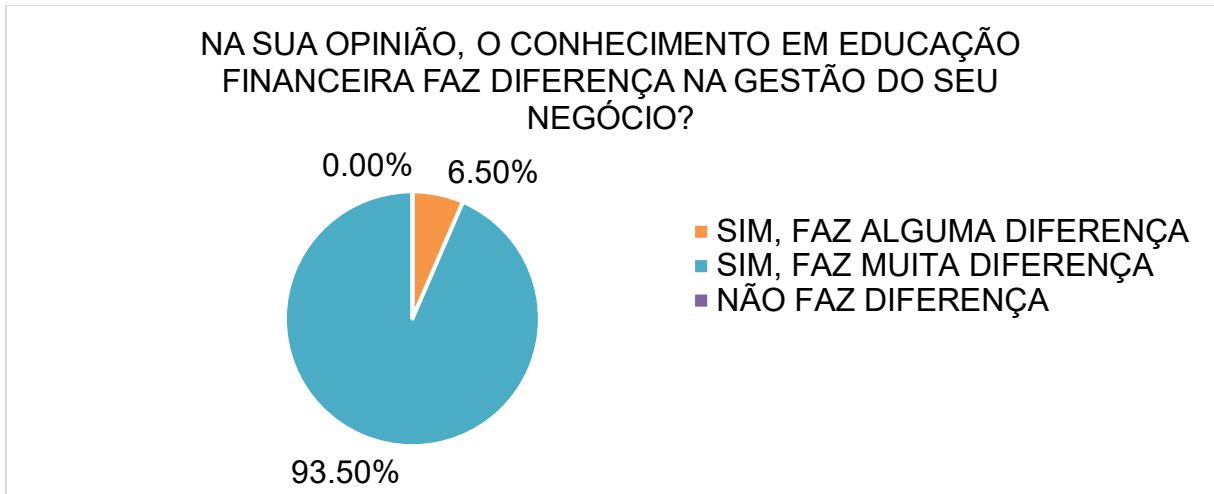


Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

Essa predominância do nível médio indica que os respondentes possuem uma base de conhecimento que lhes permite tomar decisões financeiras de forma minimamente estruturada, porém ainda com espaço para evolução, enquanto a informação de 9,10% com conhecimento alto, executa as decisões com estrutura e confiança. O dado de 18,20% com conhecimento baixo e de 1,30% sem nenhum conhecimento evidencia um grupo vulnerável, com maior risco de enfrentar dificuldades na organização financeira e no planejamento estratégico.

A Figura 3 traz os resultados da seguinte questão: "Na sua opinião, o conhecimento em educação financeira faz diferença na gestão do seu negócio?". Os dados revelam que 93,50% dos empreendedores consideram que esse conhecimento faz muita diferença, enquanto 6,50% apontam que ele exerce alguma influência. Vale destacar que nenhum dos participantes afirmou que o tema não impacta a gestão do negócio.

Figura 3 – Conhecimento em Educação Financeira e Gestão de Negócios.

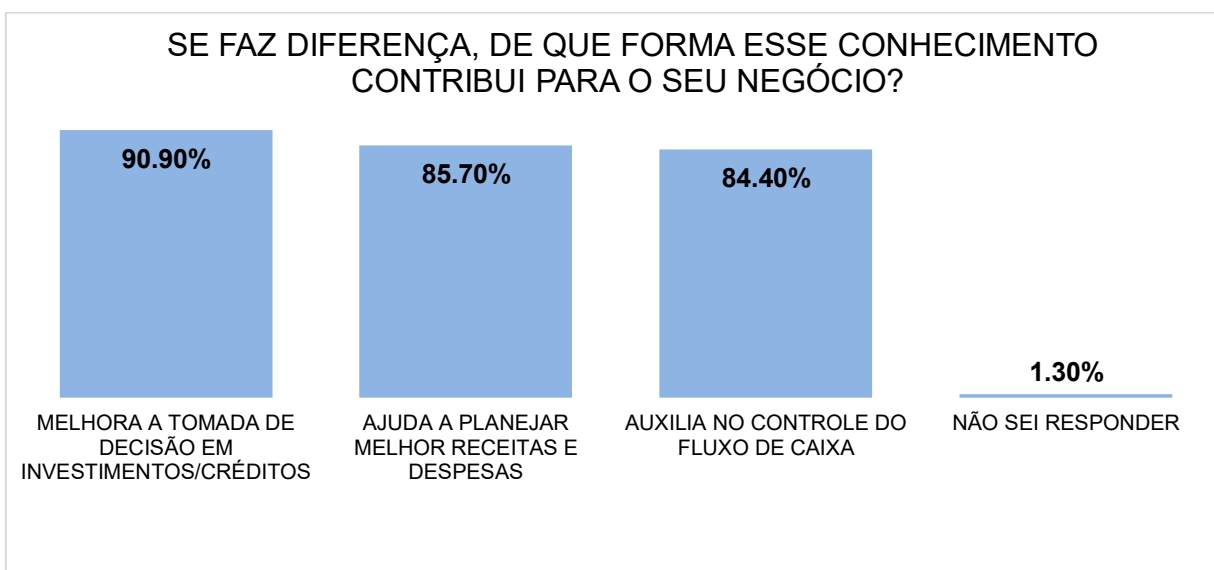


Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

Esses dados demonstram uma percepção quase unânime da relevância da educação financeira para o sucesso empresarial, confirmando que os empreendedores compreendem sua importância como ferramenta de apoio à tomada de decisão e ao crescimento sustentável das MPEs.

Na síntese da Figura 4, a questão “Se faz diferença, de que forma esse conhecimento contribui para o seu negócio?”, permitindo aos participantes a seleção de até três alternativas.

Figura 4 – Como conhecimento contribui nos negócios.



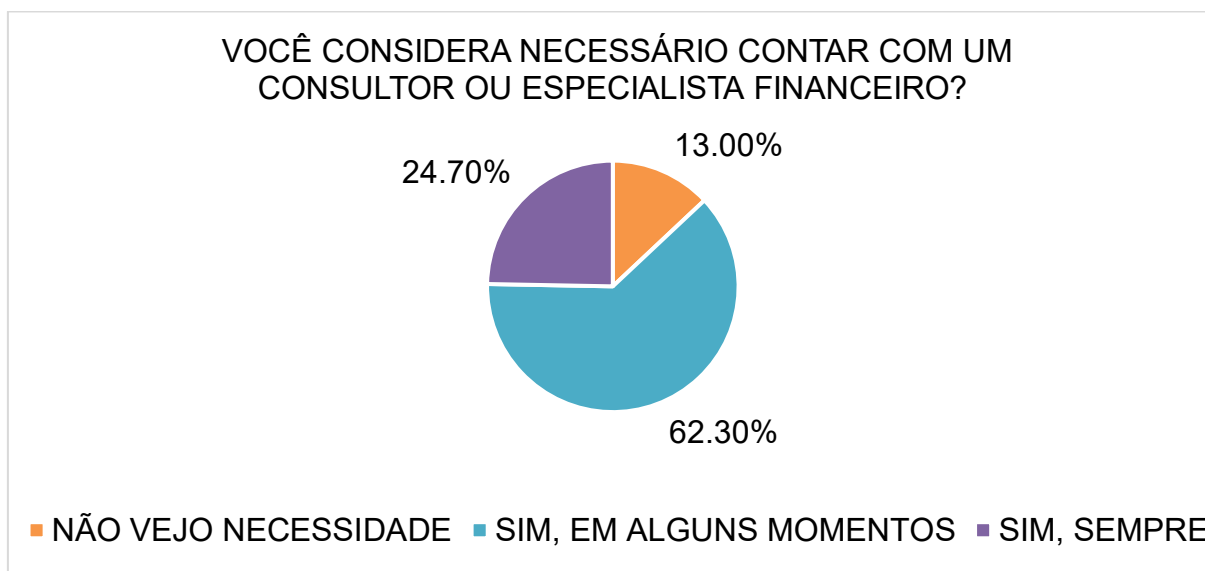
Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

Os dados indicam que 90,90% dos empreendedores reconhecem que o conhecimento em educação financeira contribui para aprimorar a tomada de decisões relacionadas a investimentos e créditos. Além disso, 85,70% afirmam que esse conhecimento favorece o planejamento das receitas e despesas, e 84,40% ressaltam sua importância no controle de fluxo de caixa. Apenas 1,30% dos respondentes declararam não saber como esse conhecimento impacta a gestão do negócio, evidenciando a necessidade de maior conscientização para esse grupo.

Os resultados evidenciam que a educação financeira exerce um papel estratégico no dia a dia das MPEs, influenciando diretamente decisões críticas para a saúde financeira das empresas.

No questionamento da Figura 5, são apresentados os resultados da pergunta: “Você considera necessário contar com um consultor ou especialista financeiro?”. Observa-se que 62,30% dos respondentes acreditam ser necessário contar com esse profissional em alguns momentos, 24,70% consideram que sempre é necessário, enquanto 13,00% não veem necessidade de contratar esse tipo de serviço.

Figura 5 – Necessidade de especialista financeiro nos negócios.

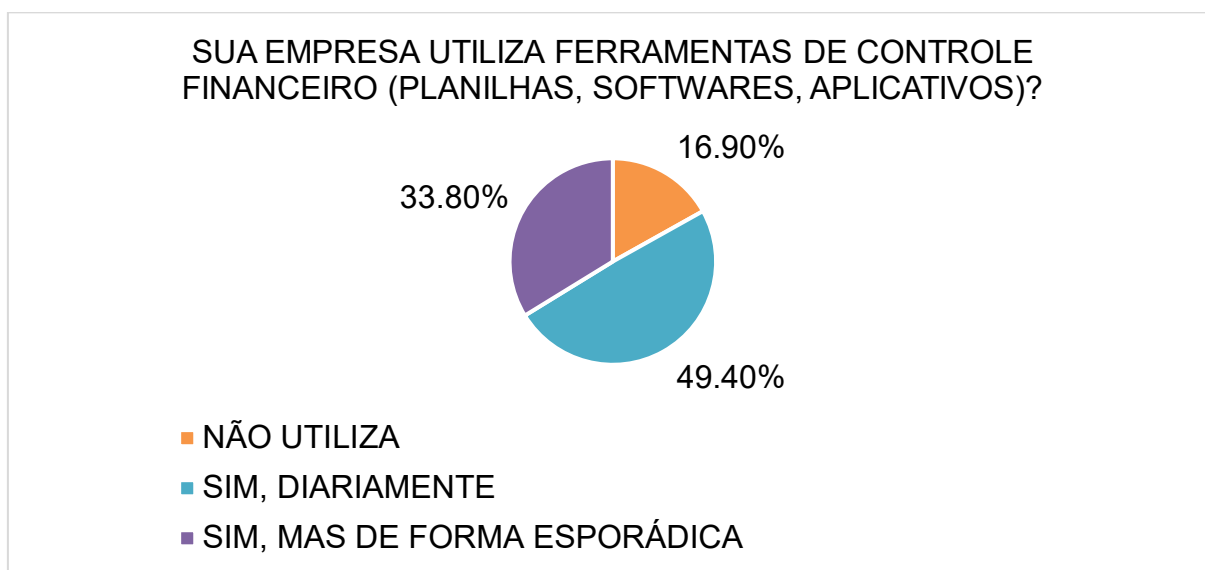


Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

Esses resultados indicam que a maior parte dos empreendedores reconhece o valor do suporte especializado, ainda que não de forma contínua, sugerindo que a contratação é percebida como algo estratégico, principalmente em situações críticas ou de tomada de decisão mais complexa.

Observa-se na Figura 6 os resultados relativos à pergunta: “Sua empresa utiliza ferramentas de controle financeiro (planilhas, *softwares*, aplicativos)?”. Observa-se que 49,40% dos empreendedores afirmaram utilizar ferramentas de controle financeiro diariamente, 33,80% utilizam de forma esporádica e 16,90% declararam que não utilizam nenhuma ferramenta.

Figura 6 – Uso de ferramentas para controle financeiro.

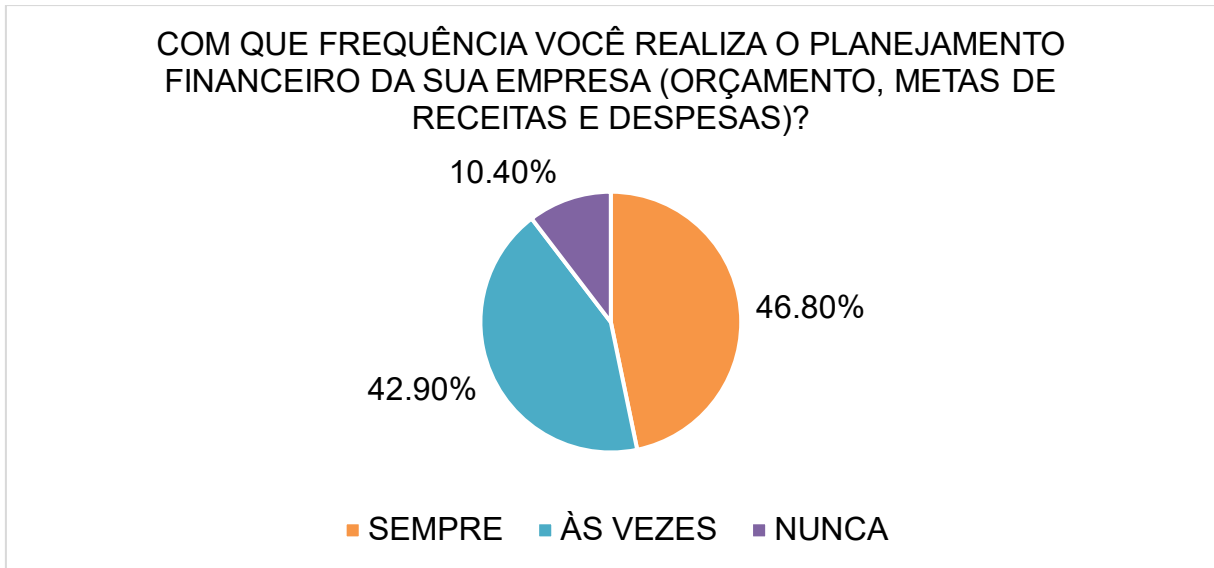


Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

Esse resultado demonstra que, embora quase metade dos respondentes adote práticas consistentes de controle financeiro, ainda existe uma parcela significativa que o faz de forma irregular ou sequer utiliza ferramentas de gestão.

Conforme disposto na Figura 7, visualizam-se os resultados da pergunta: “Com que frequência você realiza o planejamento financeiro da sua empresa (orçamento, metas de receitas e despesas)?”. Observa-se que 46,80% dos empreendedores realizam o planejamento sempre, 42,90% afirmaram que realizam às vezes e 10,40% declararam que nunca realizam esse tipo de planejamento.

Figura 7 – Frequência do Planejamento Financeiro.

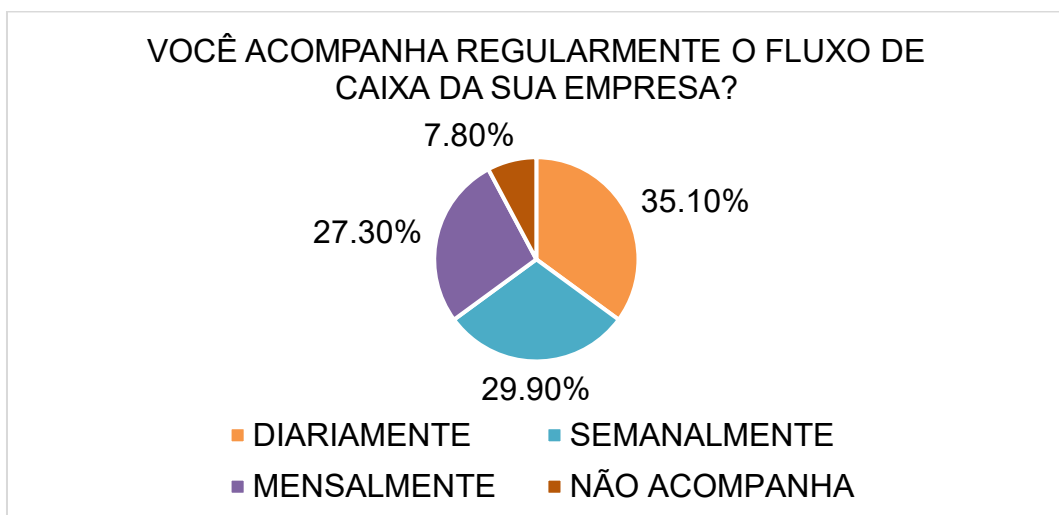


Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

Esses dados revelam que, embora quase metade dos respondentes mantenha uma rotina contínua de planejamento financeiro, ainda existe uma parcela expressiva que o realiza de forma esporádica ou que sequer pratica essa atividade.

Na Figura 8, apresenta-se a questão: “Você acompanha regularmente o fluxo de caixa da sua empresa?”. Os resultados demonstram que 35,10% dos respondentes realizam esse acompanhamento diariamente, 29,90% o fazem semanalmente, 27,30% apenas mensalmente e 7,80% declararam que não acompanham o fluxo de caixa.

Figura 8 – Acompanhamento do fluxo de caixa.

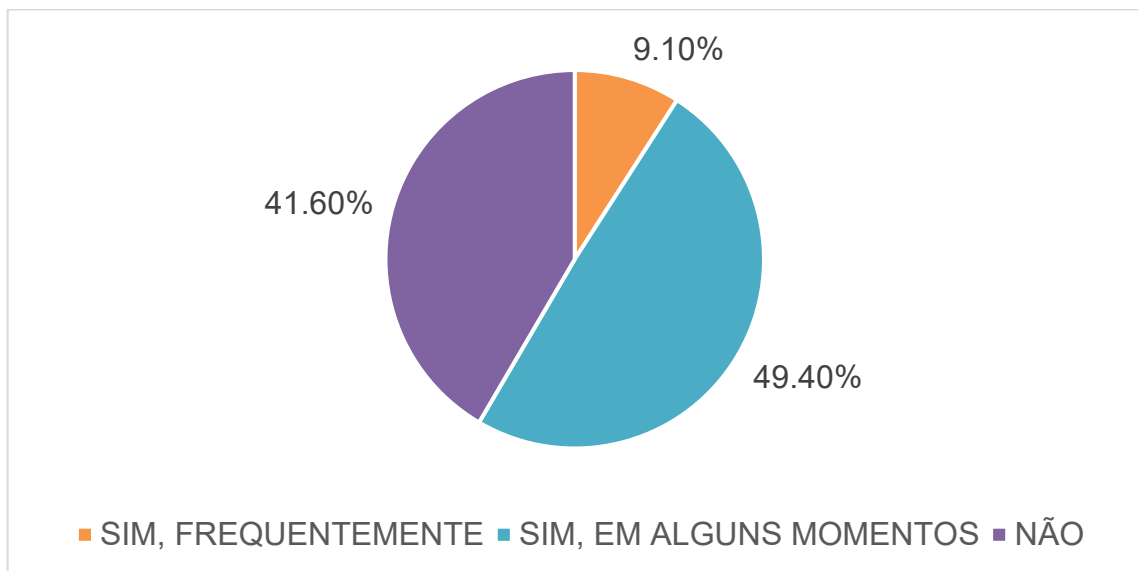


Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

Esse resultado mostra um dado positivo, já que mais de 65% dos empresários acompanham o fluxo de caixa com frequência semanal ou diária. No entanto, o fato de 7,80% não realizarem nenhum tipo de acompanhamento preocupa, pois demonstra risco de perda de controle sobre as finanças.

A Figura 9 traz o seguinte questionamento: “Nos últimos 12 meses, sua empresa enfrentou dificuldades financeiras?”. Os resultados apontam que 49,40% dos respondentes enfrentaram dificuldades em alguns momentos, 9,10% relataram que isso ocorreu frequentemente, enquanto 41,60% afirmaram que não tiveram dificuldades financeiras no período.

Figura 9 – Dificuldade financeira nos últimos 12 meses.

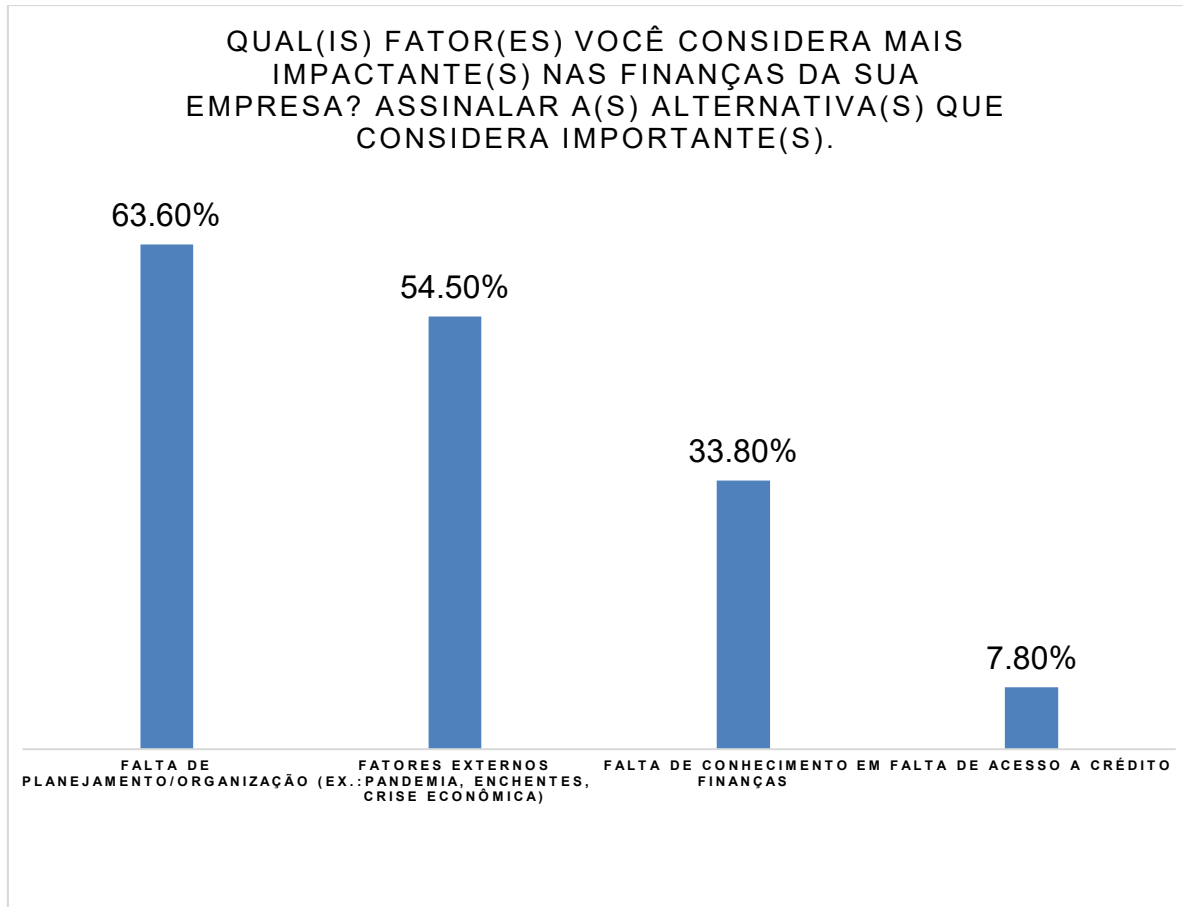


Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

Esses números revelam que mais da metade dos empreendedores vivenciaram episódios pontuais de dificuldades financeiras, o que confirma a vulnerabilidade das MPEs a oscilações econômicas e de mercado.

A Figura 10 ilustra a questão: “Qual(is) fator(es) você considera mais impactante(s) nas finanças da sua empresa?” Os resultados apontam que a falta de planejamento/organização foi o aspecto mais citado, com 63,6% das respostas, seguido pelos fatores externos (54,5%), falta de conhecimento em finanças (33,8%) e falta de acesso a crédito (7,8%).

Figura 10 – Fatores que impactam as finanças do negócio.

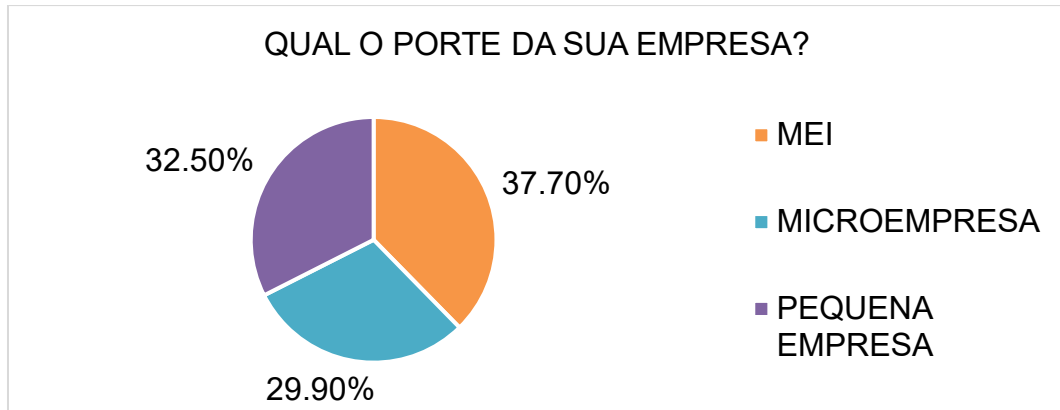


Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

Esses dados reforçam que os maiores entraves financeiros enfrentados pelas micro e pequenas empresas estão relacionados tanto a fatores internos, como a ausência de organização e planejamento, quanto a fatores externos, como crises e desastres.

Por meio da Figura 11, observa-se a questão: “Qual o porte da sua empresa?” Os resultados indicam que 37,7% dos respondentes são Microempreendedores Individuais (MEI), 29,9% se enquadram como Microempresas e 32,5% como Pequenas Empresas.

Figura 11 – Porte da empresa.

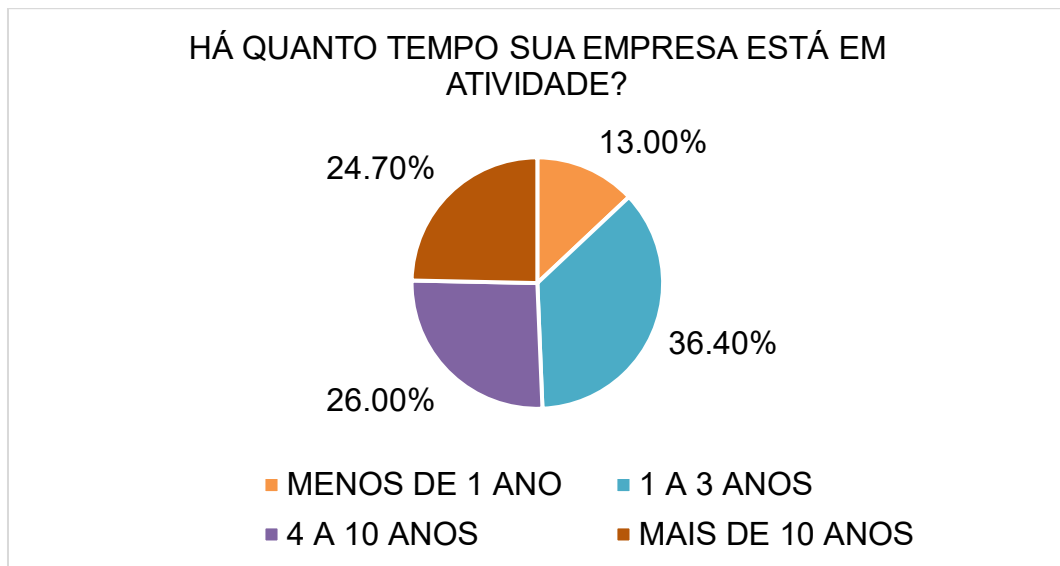


Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

Esse resultado evidencia uma distribuição relativamente equilibrada entre os diferentes portes, com leve predominância dos MEIs.

Na Figura 12, que aborda o tempo de atividade das empresas, observa-se que a maior parcela dos respondentes (36,4%) possui empreendimento com 1 a 3 anos de atuação, seguida por 26% com 4 a 10 anos, 24,7% com mais de 10 anos e apenas 13% com menos de 1 ano de existência.

Figura 12 – Tempo de atividade da empresa.

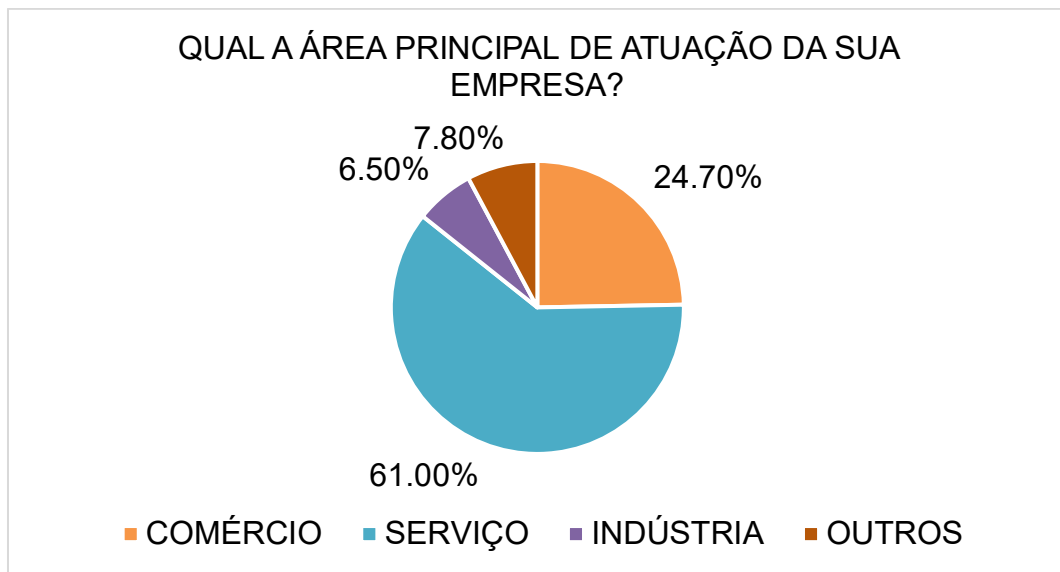


Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

Esse resultado indica que boa parte dos negócios ainda se encontra em fase de consolidação, período em que há maiores desafios relacionados à sobrevivência no mercado.

A área principal de atuação das empresas é ilustrada na Figura 13, revelando que o setor de serviços concentra 61% da amostra, seguido por comércio (24,7%), indústria (6,5%) e outros segmentos (7,8%).

Figura 13 – Área de atuação.

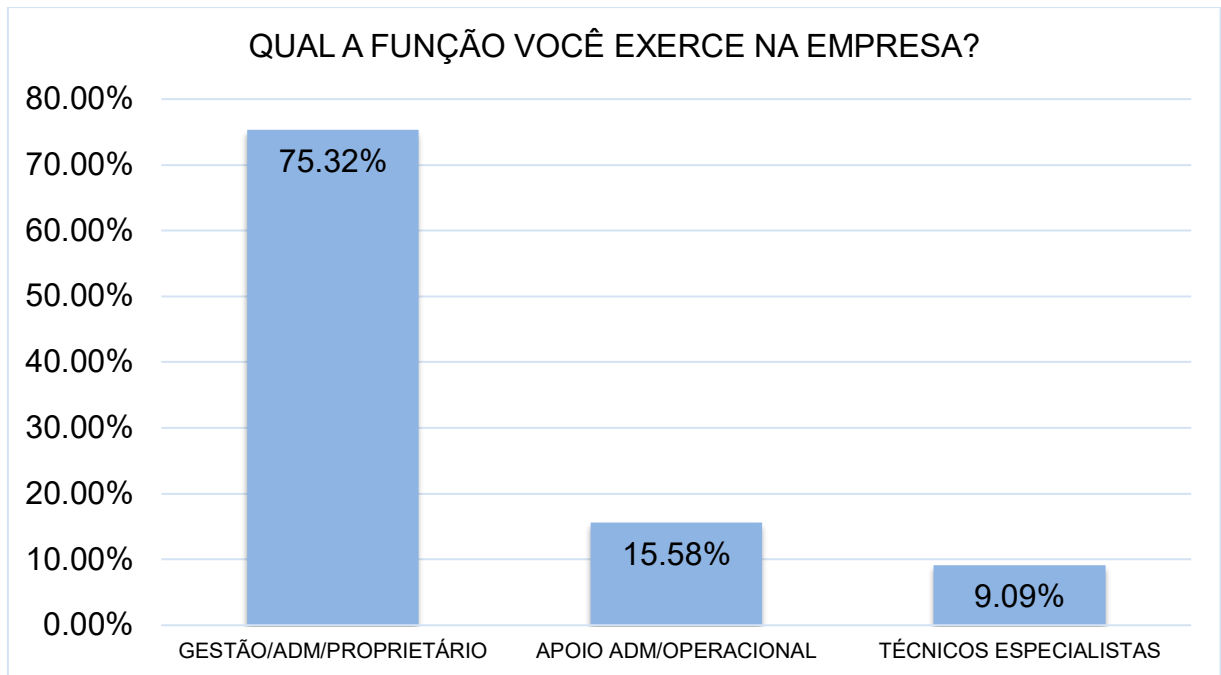


Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

Esses números comprovam a predominância do setor de serviços no contexto da pesquisa, o que reforça a importância deste segmento para a economia local.

Sobre as funções exercidas pelos respondentes, a Figura 14 revela que a maioria atua em Gestão/Administrativo/Proprietário, correspondendo a 75,32% da amostra. Em seguida, 15,58% desempenham funções ligadas ao Apoio Administrativo e Operacional, enquanto 9,09% se enquadram como Técnicos Especialistas.

Figura 14 – Função dos respondentes.

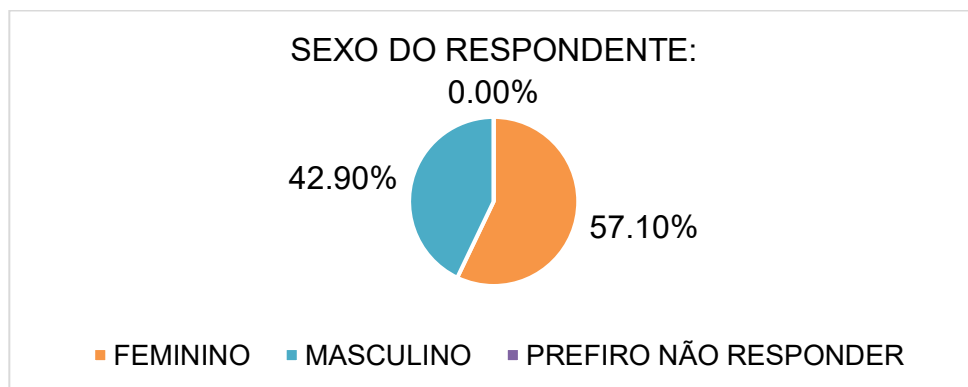


Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

Esse resultado confirma que, nas MPEs, o proprietário tende a concentrar grande parte das decisões estratégicas e administrativas, o que pode limitar a delegação de funções e aumentar a sobrecarga do gestor.

Tratando do perfil dos respondentes, a Figura 15 representa o sexo dos participantes da pesquisa, mostrando que 57,1% dos respondentes são mulheres, enquanto 42,9% são homens, não havendo registros na opção “prefiro não responder”.

Figura 15 – Sexo do respondente.

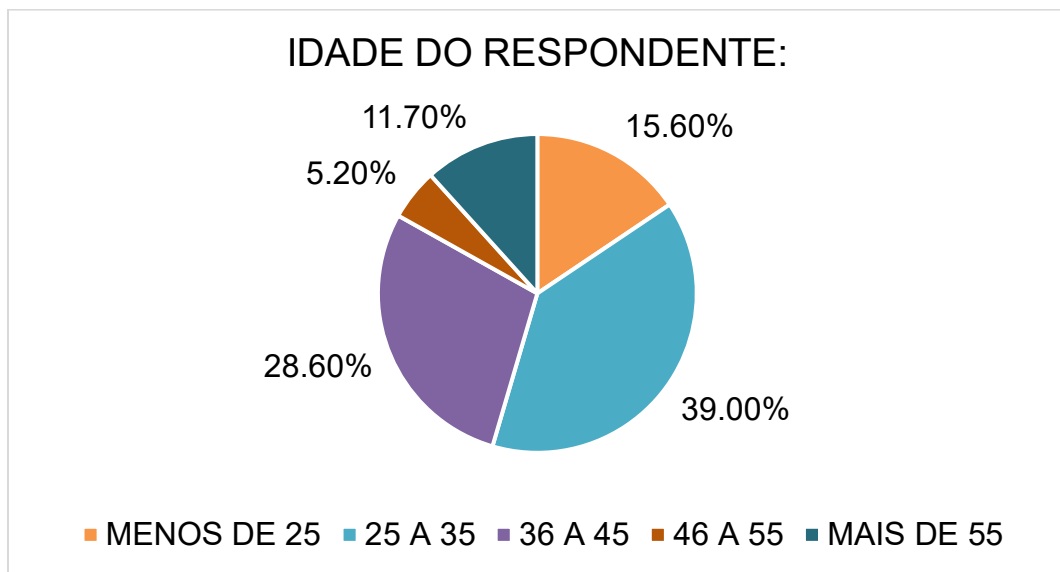


Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

Essa predominância feminina reflete o aumento da participação das mulheres no empreendedorismo, especialmente em micro e pequenos negócios.

Ainda sobre o perfil de participantes, a Figura 16 mostra a idade dos empreendedores. Nota-se predominância da faixa etária entre 25 e 35 anos (39%), seguida pelas faixas de 36 a 45 anos (28,6%), menos de 25 anos (15,6%), mais de 55 anos (11,7%) e 46 a 55 anos (5,2%).

Figura 16 – Idade do respondente.

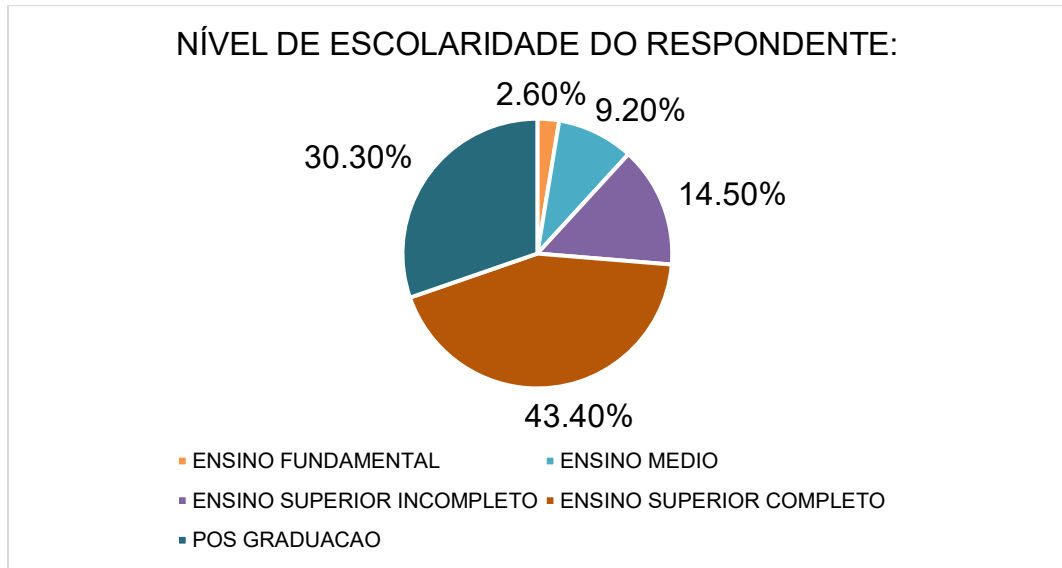


Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

O predomínio de jovens empreendedores sugere uma disposição maior para assumir riscos e investir em novas oportunidades, ao passo que a presença de empreendedores mais experientes contribui para diversidade de visões e práticas de gestão.

Na última pergunta de perfil, Figura 17, tratou-se do nível de escolaridade dos empresários. Os resultados evidenciam que a maioria possui ensino superior completo (43,4%) e pós-graduação (30,3%), enquanto 14,5% possuem apenas o ensino médio, 9,2% o ensino fundamental e 2,6% ensino superior incompleto.

Figura 17 – Nível de escolaridade do respondente.



Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

Esses dados indicam que os empreendedores participantes da pesquisa possuem um grau de escolaridade elevado, o que pode favorecer a adoção de práticas de gestão financeira mais eficientes e estruturadas.

Em resumo, os dados obtidos indicam que os empreendedores respondentes possuem um bom potencial para transformar conhecimento em vantagem competitiva. A maioria já teve algum contato com educação financeira (71,4% em nível médio de conhecimento), reconhece sua importância para a gestão (93,5% afirmaram que faz muita diferença) e associa esse conhecimento à melhoria na tomada de decisões, ao planejamento e ao controle de fluxo de caixa.

Os resultados também revelam que quase metade dos empreendedores realiza planejamento financeiro regularmente (46,8%) e acompanha o fluxo de caixa com frequência (mais de 65% semanal ou diariamente), embora ainda exista um percentual relevante que não utiliza ferramentas de controle (16,9%) ou não realiza planejamento (10,4%), o que pode comprometer a saúde financeira dos negócios.

Entre os desafios, destacam-se a falta de planejamento/organização (63,6%) e a influência de fatores externos, como crises econômicas e desastres naturais (54,5%). O perfil dos respondentes mostra predominância de MEIs (37,7%) e empresas de serviços (61%), com gestores jovens e de alta escolaridade, o que sugere capacidade de adaptação e potencial para a implementação de práticas de gestão mais estruturadas.

#### 4.1 NÍVEL DE CONHECIMENTO FINANCEIRO DOS MICRO E PEQUENOS EMPREENDEDORES DA CIDADE

Identificar o nível de conhecimento financeiro dos micro e pequenos empreendedores de Bento Gonçalves é essencial para avaliar a capacidade de planejamento, tomada de decisão e sustentabilidade financeira desses negócios.

Os dados coletados revelaram que 71,40% dos empreendedores avaliam seu nível de conhecimento financeiro como médio, esse resultado sugere que a maioria possui uma base mínima de noções financeiras, o que pode ser suficiente para decisões do dia a dia, mas ainda insuficiente para estratégias de longo prazo.

Segundo a OCDE (2024), níveis intermediários de literacia financeira permitem que os indivíduos compreendam conceitos básicos, como orçamento, juros e decisões simples de consumo. Contudo, muitos ainda apresentam dificuldades ao lidar com informações financeiras mais complexas, como juros compostos, riscos e produtos financeiros, o que reforça a importância do desenvolvimento contínuo dessa competência.

Por outro lado, 9,1% dos respondentes se consideram com nível alto de conhecimento, esse grupo representa empreendedores potencialmente mais preparados para analisar cenários, projetar fluxo de caixa e tomar decisões de investimento de forma estratégica. Lusardi e Mitchell (2014) argumentam que maior conhecimento financeiro está diretamente associado a escolhas mais racionais e sustentáveis, reduzindo a probabilidade de endividamento excessivo e de tomada de risco desnecessária.

Ainda assim, a pesquisa identificou que 18,2% dos empreendedores se percebem com baixo conhecimento, e 1,3% afirmaram não possuir qualquer conhecimento financeiro. Esses grupos são os mais vulneráveis, já que, de acordo com Atkinson e Messy (2012), baixos níveis de conhecimento financeiro estão associados a ausência de planejamento, maior incidência de inadimplência e dificuldade em manter reservas de emergência. Isso evidencia a necessidade de programas de capacitação direcionados, que busquem elevar esse grupo ao menos para o nível intermediário de conhecimento.

A investigação também abordou a participação dos empreendedores em cursos, palestras ou treinamentos sobre educação financeira, os resultados indicaram

que 51,90% já participaram mais de uma vez, demonstrando disposição para o aprendizado e para a melhoria contínua da gestão.

Outros 19,5% participaram apenas uma vez, enquanto 28,6% nunca tiveram contato com esse tipo de capacitação. Mandell e Klein (2009) apontam que programas estruturados de educação financeira são capazes de melhorar o comportamento de consumo, estimular o hábito de poupar e promover uma gestão mais consciente dos recursos, especialmente em públicos que possuem menor formação na área.

Esses achados reforçam o que Morton (2005) argumenta sobre a importância da educação financeira para o equilíbrio econômico geral: quando os indivíduos tomam decisões informadas, há impacto positivo na formação de poupança, no investimento e até na estabilidade das economias locais. No contexto dos micro e pequenos empreendedores, isso significa mais previsibilidade no fluxo de caixa e maior capacidade de resistir a crises.

Portanto, os resultados desta pesquisa mostram que, embora a maioria já possua um nível de conhecimento satisfatório e busque se capacitar, ainda existe uma parcela relevante de empreendedores que precisa de apoio direcionado. Investir na ampliação da educação financeira pode gerar impactos positivos não apenas para os negócios individualmente, mas para o fortalecimento do ecossistema empresarial de Bento Gonçalves, contribuindo para o crescimento econômico da região.

#### 4.2 PRÁTICAS DE GESTÃO FINANCEIRA ADOTADAS POR EMPREENDEDORES QUE POSSUEM DIFERENTES NÍVEIS DE CONHECIMENTO FINANCEIRO

Compreender as práticas de gestão financeira adotadas pelos empreendedores, considerando os diferentes níveis de conhecimento declarados, é fundamental para avaliar o grau de profissionalização de suas rotinas administrativas e o preparo para enfrentar os desafios impostos pelo mercado.

Os resultados apontaram que 49,40% dos empreendedores realizam controle de receitas e despesas de forma sistemática diariamente, utilizando planilhas, *softwares* ou aplicativos para monitorar a movimentação financeira. Essa prática é considerada uma das mais relevantes para a sustentabilidade financeira, pois fornece informações que subsidiam o processo de tomada de decisão. Atkinson e Messy (2012) destacam que o monitoramento contínuo das finanças é um dos comportamentos positivos que compõem o índice de conhecimento financeiro,

estando associado a maior capacidade de planejamento e menor risco de inadimplência.

Por outro lado, 33,80% dos respondentes realizam o controle de forma esporádica, o que pode comprometer a confiabilidade das informações e levar a decisões baseadas em intuição. Segundo Lusardi e Mitchell (2014), empreendedores que não possuem práticas consistentes de acompanhamento financeiro apresentam maior exposição a riscos, como insuficiência de capital de giro e dificuldades para projetar cenários de longo prazo, o que aumenta a vulnerabilidade em momentos de crise.

Além disso, 16,90% dos empreendedores declararam não utilizar nenhuma ferramenta formal de controle financeiro. Esse é um dado preocupante, já que, de acordo com Bortoli (2020), a ausência de registros estruturados impede o diagnóstico preciso da situação econômica da empresa, podendo levar ao comprometimento do caixa e até ao encerramento precoce das atividades. Em 2014, o SEBRAE reforçou que o uso de ferramentas de gestão é um fator determinante para a sobrevivência das MPEs, uma vez que viabiliza análises comparativas, acompanhamento de metas e melhor organização das despesas.

No que se refere ao planejamento financeiro, observou-se que 46,80% dos empreendedores realizam esse processo de forma contínua, estabelecendo metas de receitas e despesas. Esse resultado é positivo, pois indica uma prática alinhada às recomendações de Campos (2016), que considera o planejamento financeiro um dos pilares da gestão estratégica, capaz de direcionar os recursos para atividades prioritárias e promover maior previsibilidade.

Contudo, 42,90% dos respondentes afirmaram planejar apenas às vezes, e 10,40% declararam nunca realizar qualquer tipo de planejamento, sendo que, para Garman *et al.* (1999), a ausência de planejamento financeiro está diretamente ligada ao aumento dos riscos operacionais e à redução da competitividade, já que dificulta a análise de rentabilidade e o controle do capital de giro.

O acompanhamento do fluxo de caixa é outra prática essencial, em que os resultados mostram que 35,10% realizam esse acompanhamento diariamente, 29,90% semanalmente e 27,30% mensalmente e apenas 7,80% não acompanham o fluxo de caixa. Essa última parcela merece atenção, pois, como aponta Padoveze em 2014, a análise sistemática do fluxo de caixa permite identificar desequilíbrios e antecipar medidas corretivas, garantindo maior liquidez e segurança para a empresa.

Portanto, ao relacionar os resultados desta pesquisa ao referencial teórico, observa-se que os empreendedores que adotam controles e planejamentos frequentes tendem a apresentar práticas de gestão mais alinhadas às boas recomendações da literatura, o que potencializa sua capacidade de tomada de decisão. Por outro lado, a existência de uma parcela significativa que ainda não utiliza ferramentas ou realiza planejamentos de forma irregular indica que há espaço para capacitação e incentivo ao uso de instrumentos gerenciais que promovam maior profissionalização e sustentabilidade dos negócios.

#### 4.3 IDENTIFICAR OS FATORES QUE EXERCEM MAIOR INFLUÊNCIA NA GESTÃO EFICIENTE DOS NEGÓCIOS

Identificar os fatores que influenciam a gestão eficiente das micro e pequenas empresas é essencial para compreender por que alguns negócios conseguem manter estabilidade financeira enquanto outros permanecem vulneráveis. Esse levantamento fornece uma visão clara dos elementos que os próprios empreendedores consideram prioritários para melhorar sua administração, servindo como guia para programas de capacitação, políticas de apoio e ações de planejamento estratégico.

Os resultados indicaram que 63,6% dos respondentes apontaram a falta de planejamento e organização como o principal fator que prejudica a eficiência da gestão. Esse achado confirma o que Lusardi e Mitchell (2014) discutem sobre o papel do planejamento na construção de decisões mais racionais, evitando que o empreendedor dependa apenas da intuição. Atkinson e Messy, em estudo conduzido para a OCDE (2012), também reforçam que o hábito de planejar, seja por meio de orçamentos, metas ou projeções está diretamente ligado a melhores resultados financeiros e à redução da inadimplência.

Outro aspecto relevante foi o reconhecimento, por 54,5% dos participantes, de que os fatores externos, como crises econômicas, eventos climáticos e oscilações do mercado, exercem forte impacto sobre o desempenho dos negócios. Morton (2005) explica que a interação entre choques sistêmicos e fragilidades internas pode amplificar as consequências negativas, afetando não apenas a empresa individualmente, mas a economia local como um todo. Bortoli (2020) acrescenta que a construção de resiliência financeira é indispensável para que as empresas consigam superar períodos de instabilidade sem comprometer sua continuidade.

Além disso, 33,8% dos empreendedores identificaram a falta de conhecimento técnico em finanças como um fator crítico. Pesquisas conduzidas por Mandell e Klein (2009) demonstram que a baixa literacia financeira leva a decisões pouco fundamentadas, como o uso ineficiente de crédito ou a ausência de reservas emergenciais. De forma semelhante, Hilgert, Hogarth e Beverly (2003) argumentam que o nível de conhecimento influencia diretamente o comportamento financeiro, impactando desde o controle do fluxo de caixa até a capacidade de investir no crescimento.

Por outro lado, apenas 7,8% dos entrevistados apontaram o acesso ao crédito como principal entrave, o que sugere que, para a maioria, o problema não está na disponibilidade de recursos, mas na forma de utilizá-los. Nesse sentido, Garman *et al.* (1999) lembram que o crédito, quando mal administrado, pode se transformar em fator de risco, aumentando o endividamento e comprometendo a saúde financeira do negócio. Barney e Hesterly (2008) complementam que a gestão estratégica deve considerar o uso equilibrado de recursos financeiros, alinhando endividamento à capacidade de geração de valor.

Portanto, os resultados desta pesquisa indicam que a eficiência na gestão financeira é determinada pela combinação de boas práticas internas como planejamento e uso de indicadores e pela capacidade de responder a eventos externos. Isso evidencia a importância de programas que estimulem o empreendedor a desenvolver não apenas o conhecimento técnico, mas também competências para analisar cenários, gerir riscos e agir preventivamente frente a crises.

#### 4.4 MAPEAR OS PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS PELOS MICRO E PEQUENOS EMPREENDEDORES

Mapear os desafios enfrentados pelos micro e pequenos empreendedores permite entender como os fatores identificados anteriormente se manifestam na rotina das empresas e quais áreas requerem maior atenção para garantir a sustentabilidade dos negócios. A partir dos resultados obtidos, foi possível observar que a maior parte dos desafios está relacionada à gestão do capital de giro, ao uso de ferramentas de controle financeiro e à necessidade de suporte especializado.

Os dados revelaram que 49,4% dos empreendedores vivenciaram dificuldades financeiras ao longo dos últimos 12 meses, enquanto 9,1% relataram que essas

dificuldades foram frequentes. Esses números confirmam o que o SEBRAE (2014) apontou em seu relatório Causa Mortis, ao destacar que a ausência de planejamento e de monitoramento constante do fluxo de caixa está entre as principais causas de mortalidade das MPEs Hilgert, Hogarth e Beverly (2003) também observaram que empresas que não controlam regularmente suas finanças têm maior probabilidade de enfrentar crises repentinas e recorrer a soluções emergenciais, como empréstimos de alto custo.

Outro desafio percebido está na necessidade de apoio profissional: 62,3% dos respondentes afirmaram precisar de consultoria financeira em momentos pontuais, enquanto 24,7% disseram necessitar desse suporte de forma contínua. Esse dado está alinhado ao que Volpe, Chen e Liu (2006) destacam sobre o impacto positivo do aconselhamento financeiro na qualidade das decisões de crédito e investimento. Mandell e Klein (2009) complementam que programas de orientação contínua aumentam o nível de confiança dos gestores e reduzem a probabilidade de erros estratégicos.

A análise do uso de ferramentas de controle financeiro revelou que 16,9% das empresas não utilizam nenhum instrumento formal de acompanhamento. Padoveze (2014) argumenta que o uso sistemático de planilhas ou *softwares* de gestão é condição básica para gerar informações confiáveis e apoiar a tomada de decisão. De forma semelhante, Neto (2020) aponta que empresas que não possuem registros atualizados perdem capacidade de negociar com fornecedores, planejar investimentos e comprovar histórico em instituições financeiras.

O acompanhamento do fluxo de caixa também se mostrou um ponto sensível: 35,1% o fazem diariamente, 29,9% semanalmente, 27,3% apenas mensalmente e 7,8% não realizam qualquer acompanhamento. A literatura de Neto (2020) ressalta que a frequência de monitoramento é determinante para detectar desequilíbrios a tempo de corrigi-los, enquanto Padoveze (2014) alerta que a ausência desse controle aumenta o risco de insolvência.

Fatores externos, como crises econômicas, inflação e eventos climáticos, também foram apontados como desafios práticos, pois afetam diretamente o faturamento e a estrutura de custos das empresas. Bortoli (2020) explica que eventos inesperados testam a resiliência financeira dos empreendedores e exigem reservas emergenciais para manutenção das operações. Morton (2005) reforça que o impacto

de choques sistêmicos tende a ser mais severo em empresas que já apresentam fragilidades internas.

Por fim, ao considerar porte e tempo de atuação, observou-se que os MEIs e empresas com menos de três anos de mercado relataram mais dificuldades, o que está em consonância com Dornelas (2008), que ressalta que os primeiros anos de operação são os mais críticos e exigem maior suporte técnico e financeiro. Isso indica que políticas públicas e programas de capacitação devem priorizar esses grupos, fornecendo ferramentas acessíveis e acompanhamento mais próximo para reduzir sua vulnerabilidade.

Dessa forma, o mapeamento dos desafios confirma que a maior parte dos problemas enfrentados pelos empreendedores está ligada a fragilidades estruturais, ausência de controles, baixa frequência de acompanhamento de caixa e uso reativo de consultoria, agravadas pela exposição a eventos externos. O fortalecimento das práticas de gestão, aliado a treinamentos e políticas de apoio, pode contribuir para transformar esses desafios em oportunidades de aprendizado e crescimento, conforme defendem Neto (2020), Padoveze (2014) e Bortoli (2020).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação financeira tem se consolidado como um dos pilares fundamentais para a sustentabilidade e o desenvolvimento das micro e pequenas empresas (MPEs), especialmente em um cenário econômico e social marcado por instabilidade, competitividade e constantes transformações. A forma como os empreendedores compreendem e aplicam conceitos financeiros está diretamente relacionada à sua capacidade de planejar, controlar e tomar decisões estratégicas, que garantem a continuidade e o crescimento do negócio. Assim, o presente estudo buscou analisar a relação entre o conhecimento em educação financeira e a gestão financeira no contexto dos micro e pequenos empreendedores da cidade de Bento Gonçalves, identificando de que forma o domínio sobre finanças interfere na condução das atividades empresariais e na sustentabilidade dessas organizações.

O objetivo geral foi plenamente atingido ao demonstrar que há uma relação significativa entre o nível de conhecimento financeiro e a qualidade da gestão adotada pelos empreendedores locais. Por meio da aplicação de um questionário a 77 empreendedores, constatou-se que a maioria possui um nível de conhecimento considerado intermediário, o que indica uma base teórica razoável, porém ainda insuficiente para uma gestão totalmente eficaz. Essa constatação reforça o argumento de que a educação financeira, quando aliada à prática e ao uso de ferramentas de gestão adequadas, se torna um instrumento poderoso de fortalecimento empresarial. Os resultados obtidos evidenciaram que empreendedores com maior domínio sobre o tema tendem a apresentar maior organização em suas finanças, realizar planejamentos de longo prazo e adotar estratégias preventivas diante de crises.

Os objetivos específicos também foram atingidos de forma satisfatória, ao diagnosticar o nível de conhecimento financeiro dos micro e pequenos empreendedores, observou-se que, embora haja uma crescente conscientização sobre a importância do tema, ainda existe uma carência de capacitação estruturada, especialmente no que se refere à interpretação de indicadores, análise de fluxo de caixa e precificação adequada de produtos e serviços. Na comparação entre as práticas de gestão adotadas por empreendedores com diferentes níveis de conhecimento, verificou-se que aqueles que participaram de cursos, palestras ou treinamentos sobre finanças adotam controles mais rigorosos e demonstram maior segurança em decisões que envolvem investimentos, custos e planejamento

orçamentário. Já os empreendedores que não tiveram acesso à educação financeira formal tendem a administrar suas finanças de modo mais intuitivo, baseando-se na experiência e no acompanhamento contábil, o que pode limitar a visão estratégica do negócio.

Ao identificar os fatores que mais influenciam a gestão eficiente dos negócios, o estudo revelou que a educação financeira é determinante, mas não atua de forma isolada. Elementos como o apoio de profissionais contábeis, o acesso ao crédito, a inovação tecnológica e o uso de ferramentas digitais de controle financeiro também exercem forte impacto no desempenho das empresas. Além disso, observou-se que a experiência prática, adquirida ao longo da trajetória empreendedora, desempenha papel relevante no processo de tomada de decisão, contribuindo para o desenvolvimento de uma gestão mais realista e adaptada à realidade local.

Outro aspecto que se destacou ao longo da análise foi a vulnerabilidade das micro e pequenas empresas diante de fatores externos, como crises sanitárias e desastres climáticos. Os impactos provocados pela pandemia de Covid-19 e pelas enchentes que atingiram o Rio Grande do Sul em 2024 evidenciaram a fragilidade financeira de muitos empreendedores, que não possuíam reservas ou planos de contingência adequados para enfrentar longos períodos de queda no faturamento. Essa realidade reforça a necessidade de uma gestão mais preventiva e estruturada, capaz de minimizar riscos e garantir maior resiliência organizacional. Nesse contexto, a educação financeira se mostra ainda mais necessária, não apenas para o controle do presente, mas como ferramenta estratégica para o futuro das MPEs.

Além dos fatores conjunturais, o estudo evidenciou que a inovação financeira vem se tornando uma aliada importante para os pequenos negócios. O uso de tecnologias acessíveis, como aplicativos de controle financeiro, sistemas ERP, plataformas digitais de pagamento e soluções de crédito oferecidas por empresas de inovação financeira, tem contribuído para a modernização da gestão financeira das empresas. No entanto, para que essas ferramentas sejam utilizadas de forma eficaz, é indispensável que o gestor tenha conhecimento e preparo para interpretá-las corretamente, evitando decisões precipitadas ou baseadas apenas na intuição. Assim, a educação financeira continua sendo o ponto de partida para qualquer processo de inovação e crescimento sustentável.

Como limitação deste estudo, destaca-se o fato de a amostra estar restrita ao município de Bento Gonçalves, o que limita a generalização dos resultados para

outras regiões ou setores econômicos. Além disso, por se tratar de uma pesquisa de caráter quantitativo e descritivo, os resultados apresentam uma visão panorâmica da realidade local, sem explorar em profundidade aspectos subjetivos e comportamentais dos empreendedores. Pesquisas futuras podem adotar abordagens qualitativas, como entrevistas em profundidade ou grupos focais, que permitam compreender de forma mais detalhada as percepções, motivações e desafios enfrentados pelos gestores em suas rotinas financeiras.

Outra sugestão para estudos futuros é a realização de pesquisas comparativas entre diferentes cidades ou segmentos de mercado, o que possibilitaria identificar padrões regionais e setoriais de comportamento financeiro. Também se recomenda explorar a relação entre educação financeira e inovação tecnológica, investigando como a adoção de novas ferramentas digitais e o surgimento das *startups* financeiras têm transformado as práticas financeiras das MPEs. Por fim, seria relevante aprofundar a análise sobre o papel das políticas públicas e programas de capacitação, avaliando o impacto real das iniciativas governamentais e institucionais na melhoria da gestão financeira dos empreendedores.

No aspecto pessoal e acadêmico, a realização deste trabalho representou uma experiência enriquecedora. A autora pôde compreender com maior profundidade a importância da educação financeira não apenas como instrumento técnico, mas como agente transformador da mentalidade empreendedora. O contato com a realidade dos micro e pequenos empreendedores de Bento Gonçalves permitiu observar de perto as dificuldades enfrentadas no dia a dia, bem como a dedicação e o esforço desses profissionais em manter seus negócios ativos mesmo diante de desafios econômicos, estruturais e ambientais. Essa vivência proporcionou amadurecimento intelectual e pessoal, reforçando a convicção de que o conhecimento e a gestão eficiente são os pilares do sucesso empresarial.

Do ponto de vista profissional, o aprendizado adquirido neste estudo contribui diretamente para a formação como administradora, ampliando a capacidade analítica e crítica em relação às decisões financeiras e estratégicas. Compreender a realidade das MPEs e a relevância da educação financeira permite atuar de forma mais empática, técnica e orientada à sustentabilidade dos negócios, promovendo não apenas resultados econômicos, mas também impacto social positivo. Assim, o trabalho reafirma a importância da Administração como ciência voltada à transformação e ao fortalecimento do ambiente empresarial.

Em síntese, o estudo confirmou que a educação financeira é um elemento indispensável para o fortalecimento das micro e pequenas empresas, atuando como base para a construção de uma gestão mais eficiente, inovadora e resiliente. Ao investir em conhecimento, planejamento e controle, o empreendedor amplia sua capacidade de enfrentar adversidades, tomar decisões assertivas e construir um futuro mais sólido para o seu negócio. Dessa forma, conclui-se que a disseminação da educação financeira deve ser tratada como prioridade tanto pelas instituições de ensino quanto pelas políticas públicas de desenvolvimento, pois ela representa um caminho seguro para o crescimento sustentável das empresas e para o fortalecimento da economia local e nacional.

## REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO (Brasil). **As enchentes no Rio Grande do Sul: lições, desafios e caminhos para um futuro resiliente**. Brasília: ANA, 2025. 57 p., il. ISBN 9786588101735. Disponível em: [https://biblioteca.ana.gov.br/sophia\\_web/acervo/detalhe/107692](https://biblioteca.ana.gov.br/sophia_web/acervo/detalhe/107692). Acesso em: 10 mar. 2025.

ALENCASTRO, Mario Sergio Cunha; ALVES, Osnei Francisco. **Governança, gestão responsável e ética nos negócios**. 1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2017. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 11 maio 2025.

ANDRADE GOMES, José Carlos *et al.* **Modelo de gestão financeira no contexto das micro e pequenas empresas: estudo de caso em uma empresa de prestação de serviços**. REUNA, Belo Horizonte, v. 19, n. 2, p. 23–46, abr./jun. 2014. Disponível em: <https://reuna.emnuvens.com.br/reuna/article/view/601>. Acesso em: 12 mar. 2025.

ATKINSON, Adele; MESSY, Flore-Anne. **Measuring Financial Literacy: Results of the OECD / International Network on Financial Education (INFE) Pilot Study**. Paris: OECD Working Papers on Finance, Insurance and Private Pensions, n. 15, 2012. Disponível em: [https://www.oecd.org/content/dam/oecd/en/publications/reports/2012/03/measuring-financial-literacy\\_g17a210b/5k9csfs90fr4-en.pdf](https://www.oecd.org/content/dam/oecd/en/publications/reports/2012/03/measuring-financial-literacy_g17a210b/5k9csfs90fr4-en.pdf). Acesso em: 20 set. 2025.

BABBIE, Earl. **Métodos de pesquisas de survey**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001. Disponível em: <https://pdfcoffee.com/qdownload/babbie-earl-metodos-de-pesquisa-de-survey-pdf-free.html>. Acesso em: 21 maio 2025.

BABBIE, E. **The Practice of Social Research**. 13th ed. Wadsworth Cengage Learning, 2013. Disponível em: [http://old-eclass.uop.gr/modules/document/file.php/SEP187/BIBLIA%20MEΘOΔOΛOΓΙΑΣ/Babbie\\_The\\_Practice\\_of\\_Social\\_Research.pdf](http://old-eclass.uop.gr/modules/document/file.php/SEP187/BIBLIA%20MEΘOΔOΛOΓΙΑΣ/Babbie_The_Practice_of_Social_Research.pdf). Acesso em: 21 maio 2025.

BARNEY, Jay B.; HESTERLY, William S. **Strategic Management and Competitive Advantage: Concepts**. 2. ed. Upper Saddle River: Pearson Prentice Hall, 2008. Cap. 3. Disponível em: [https://teaching.up.edu/BUS580/bps/Barney%20and%20Hesterly,%202008,%20ch3\\_VRIO%20internal%20analysis.pdf](https://teaching.up.edu/BUS580/bps/Barney%20and%20Hesterly,%202008,%20ch3_VRIO%20internal%20analysis.pdf). Acesso em: 20 set. 2025.

**BENTO GONÇALVES fecha 2024 com saldo de mais de mil novos empregos formais**. CIC-BG Centro da Indústria, Comércio e Serviços de Bento Gonçalves, 6 fev. 2025. Disponível em: <https://www.cicbg.com.br/noticia/bento-goncalves-fecha-2024-com-saldo-de-mais-de-mil-novos-empregos-formais/2132>. Acesso em: 23 mar. 2025.

BORTOLI, Cassiana. **Contabilidade e gestão de micro e pequenas empresas**. 1. ed. São Paulo: Contentus, 2020. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 13 abr. 2025.

BRAGA, Roberto; NOSSA, Valcemiro; MARQUES, José Augusto Veiga da Costa. **Uma proposta para a análise integrada da liquidez e rentabilidade das empresas**. Revista Contabilidade & Finanças, São Paulo, edição especial, p. 51–64, 30 jun. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rcf/a/pGfss6J3RLFswL7VMKxcDLy/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 abr. 2025.

BRAUNSTEIN, Sandra; WELCH, Carolyn. **Financial literacy: An overview of practice, research, and policy**. Federal Reserve Bulletin, 2002. Disponível em: <https://www.federalreserve.gov/pubs/bulletin/2002/1102lead.pdf>. Acesso em: 11 maio 2025.

BRYMAN, A. **Social Research Methods**. 5th ed. Oxford University Press, 2016. Disponível em: <https://ktpu.kpi.ua/wp-content/uploads/2014/02/social-research-methods-alan-bryman.pdf> Acesso em: 21 maio 2025.

CAMPOS, C. C. **10 anos do Simples Nacional**. Caderno FGV Projetos, v. 11, n. 29, 2016. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/server/api/core/bitstreams/a7c36563-505d-4d4a-bd8b-97c23aef2d6c/content>. Acesso em: 20 set. 2025.

CARVALHO, André Luís de; REIS, Célio Ricardo; CAVALCANTE, Sérgio Silva. **Empreendedorismo e inovação: uma abordagem prática**. São Paulo: Atlas, 2011. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 11 maio 2025.

CASAROTTO FILHO, Nelson; KOPITKE, Bruno. **Análise de investimentos: matemática financeira, engenharia econômica, estratégia empresarial**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 432 p.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da administração: uma visão abrangente da moderna administração das organizações**. 6. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003. Disponível em: <https://profeltonorris.wordpress.com/wp-content/uploads/2014/02/livro-teoria-geral-da-administrac3a7c3a3o.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2025

CORDEIRO, Luis Eduardo; COSTA, Marcio de Oliveira; SILVA, Rosane Teles. **Educação financeira e comportamento do consumidor: um estudo com universitários**. Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade – REPeC, Brasília, v. 12, n. 1, p. 48–71, jan./abr. 2018. Disponível em: <https://www.repec.org.br>. Acesso em: 11 maio 2025.

CREPALDI, S. A. **Contabilidade gerencial**. 3. ed. São Paulo, Atlas, 2004.

CRESWELL, J. W. e CRESWELL, J. D. **Research Design: Qualitative, Quantitative, and Mixed Methods Approaches**. 5th ed. SAGE Publications, 2017. Disponível em: [https://spada.uns.ac.id/pluginfile.php/510378/mod\\_resource/content/1/creswell.pdf](https://spada.uns.ac.id/pluginfile.php/510378/mod_resource/content/1/creswell.pdf) Acesso em: 01 maio 2025.

DATASEBRAE. **Total de empresas RS: dados por município**. Disponível em: <https://datasebrae.com.br/total-de-empresas-rs/>. Acesso em: 7 dez. 2025

DIAS, Sérgio R. *et al.* **Pesquisa de Mercado**. 1ª edição. São Paulo: Editora Saraiva, 2012. E-book. ISBN 9788502135185. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502135185/>. Acesso em: 17 maio 2025.

DIAS, Reinaldo *et al.* **Metodologia científica: fundamentos, métodos e técnicas do conhecimento científico**. São Paulo: Atlas, 2012. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br>. Acesso em: 21 maio 2025.

DORNELAS, José Carlos Assis. **Empreendedorismo: transformando ideias em negócios**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008. 293 p. Disponível em: <https://books.google.com.br/books/about/Empreendedorismo.html?id=oKlayz7rBVIC>. Acesso em: 16 out. 2025.

DUTT-ROSS, Steven. **Manual de análise de dados**. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <http://livro.metodosquantitativos.com/docs/bookdown.pdf>. Acesso em: 21 maio 2025.

ELIAS, Alisandra Dantas; SILVA, Rogério Sales. **Os Impactos da Pandemia do Covid-19 em Micro e Pequenas Empresas de Imperatriz – MA**. Revista Id Online, v. 16, n. 57, 2022. Disponível em: <https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/3411/5469>. Acesso em: 01 maio 2025.

FARIAS JÚNIOR, Raimundo Vândir. **Uma análise do apoio financeiro concedido pelo BNB às MPEs, durante a pandemia da COVID-19, em Juazeiro do Norte (CE)**. Monografia – Universidade Estadual do Ceará, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/73140>. Acesso em: 01 maio 2025.

FAYOL, Henri. **Administração industrial e geral: previsão, organização, comando, coordenação, controle**. [S. l.], 1916. Disponível em: <https://nc400.wordpress.com/wp-content/uploads/2012/02/fayol-19161.pdf>. Acesso em: 6 abr. 2025.

FEBRABAN. Pesquisa FEBRABAN de tecnologia bancária. 2017. Disponível em: <https://www.febraban.org.br>. Acesso em: 11 maio 2025

FIELD, A. **Discovering Statistics Using IBM SPSS Statistics**. 5th ed. SAGE Publications, 2018. Disponível em: [https://uk.sagepub.com/sites/default/files/upm-binaries/87881\\_Field\\_\\_\\_DSUSS\\_\\_\\_Chapter\\_1.pdf](https://uk.sagepub.com/sites/default/files/upm-binaries/87881_Field___DSUSS___Chapter_1.pdf) Acesso em: 01 maio 2025

FILHO, Milton Cordeiro F.; FILHO, Emílio J. M A. **Planejamento da Pesquisa Científica**. 2ª edição. São Paulo: Grupo GEN, 2015. E-book. ISBN 9788522495351. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522495351/>. Acesso em: 17 maio 2025.

FILHO, José Eduardo S.; FILHO, João Manuel C. **Metodologia da pesquisa científica para ciências sociais aplicadas**. São Paulo: Atlas, 2015. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 21 maio 2025.

FRANCISCO FILHO, Valter Pereira (org.). **Planejamento e controladoria financeira**. 1. ed. São Paulo: Pearson, 2016. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 11 maio 2025.

G1. **Empresários do RS tentam recomeçar após enchentes**. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2024/04/29/empresarios-do-rs-tentam-recomecar-apos-enchentes.ghtml>. Acesso em: 04 maio 2025.

G1. **Enchentes no RS causaram R\$ 88,9 bilhões em prejuízos, dizem Banco Mundial, BID e Cepal**. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2024/04/19/enchentes-no-rs-causaram-r-889-bilhoes-em-prejuizos-dizem-banco-mundial-bid-e-cepal.ghtml>. Acesso em: 04 maio 2025.

G1. **Estudo aponta que 40% dos atingidos pelas enchentes têm estresse pós-traumático**. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2024/05/01/estudo-aponta-que-40percent-dos-atingidos-pelas-enchentes-tem-estresse-pos-traumatico.ghtml>. Acesso em: 04 maio 2025.

GARMAN, E. Thomas et al. **Workplace financial education improves personal financial wellness**. *Journal of Financial Counseling and Planning*, v. 10, n. 1, p. 79–88, 1999. Disponível em: <https://www.afcpe.org/wp-content/uploads/2018/10/vol1017.pdf>. Acesso em: 20 set. 2025.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **PIB do RS tem variação negativa no terceiro trimestre de 2024 após enchentes**. 2024. Disponível em: <https://estado.rs.gov.br/pib-do-rs-tem-variacao-negativa-no-terceiro-trimestre-de-2024-apos-enchentes>. Acesso em: 01 maio 2025.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Pandemia e estiagem impactam indicadores do Idese no Rio Grande do Sul em 2020**. 2020. Disponível em: <https://www.estado.rs.gov.br/pandemia-e-estiagem-impactam-indicadores-do-idese-no-rio-grande-do-sul-em-2020>. Acesso em: 04 maio 2025.

HAIR, Joseph F. *et al.* **Análise multivariada de dados**. 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 2009. Disponível em: [https://ia903108.us.archive.org/33/items/kupdf.net\\_hair-j-f-anaacutelise-multivariada-de-dados-6ordf-ediccedilatildeopdf/kupdf.net\\_hair-j-f-anaacutelise-multivariada-de-dados-6ordf-ediccedilatildeopdf.pdf](https://ia903108.us.archive.org/33/items/kupdf.net_hair-j-f-anaacutelise-multivariada-de-dados-6ordf-ediccedilatildeopdf/kupdf.net_hair-j-f-anaacutelise-multivariada-de-dados-6ordf-ediccedilatildeopdf.pdf). Acesso em: 21 maio 2025.

HILGERT, Marianne A.; HOGARTH, Jeanne M.; BEVERLY, Sondra G. **Household financial management: the connection between knowledge and behavior**. *Federal Reserve Bulletin*, v. 89, p. 309–322, jul. 2003. Disponível em: <https://www.federalreserve.gov/pubs/bulletin/2003/0703lead.pdf>. Acesso em: 20 set. 2025.

HOFMANN, Ruth Margareth; MORO, Maria Lucia Faria. **Educação matemática e educação financeira: perspectivas para a ENEF**. *Zetetiké*, Campinas, v. 20, n. 38, p. 111–135, jul./dez. 2012. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/zetetike/article/view/8646609>. Acesso em: 11 maio 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA (IBGC).

**Governança corporativa.** Disponível em:

<https://www.ibgc.org.br/conhecimento/governanca-corporativa/>. Acesso em: 23 maio 2025.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Demografia das empresas e estatísticas de empreendedorismo.** Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

Disponível

em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/empreendedorismo/22649-demografia-das-empresas-e-estatisticas-de-empreendedorismo.html>. Acesso em: 23 mar. 2025.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José C. **Curso de Contabilidade para não contadores.** 9. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2022. *E-book*. p.Capa. ISBN

9786559773183. Disponível em:

<https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559773183/>.

Acesso em: 20 set. 2025.

JACOB, Katy; HUDSON, Stephanie; BUSH, Melinda. ***Tools for survival: an analysis of financial literacy programs for lower-income families.*** Woodstock Institute, 2000. Disponível em: <https://www.aecf.org/resources/tools-for-survival-an-analysis-of-financial-literacy-programs-for-lower-inc>. Acesso em: 11 maio 2025.

JOHNSON, Kevin D. ***The entrepreneur mind.*** California: Astral Cultural, 2013.

KIYOSAKI, Robert T. **Pai rico, pai pobre: o que os ricos ensinam a seus filhos**

**sobre dinheiro.** Rio de Janeiro: Alta Books, 2011. Edição digital. Disponível

em: <https://esotti.com/wp-content/uploads/2024/07/pai-rico-pai-pobre-ediao-de-20.pdf>. Acesso em: 6 abr. 2025.

LIMA, Francisco José de. **Contabilidade gerencial e custos.** São Paulo: Atlas, 2006. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 11 maio 2025.

LLORET, Antonio. ***Modeling corporate sustainability strategy.*** Journal of Business Research, [S. l.], v. 69, n. 2, p. 418-425, 2016. DOI:

<https://doi.org/10.1016/j.jbusres.2015.06.047>. Disponível em:

<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0148296315002977>. Acesso em: 22 maio 2025.

LOPES AMORIM, J. **Elementos de contabilidade e escrituração comercial.** 2. ed. Porto: Empresa Industrial Gráfica do Porto, 1937.

LUSARDI, Annamaria; MITCHELL, Olivia S. ***The Economic Importance of Financial Literacy: Theory and Evidence.*** Journal of Economic Literature, [S. l.], v. 52, n. 1, p. 5-44, abr. 2014. Disponível

em: [https://www.researchgate.net/publication/256056318\\_The\\_Economic\\_Importance\\_of\\_Financial\\_Literacy\\_Theory\\_and\\_Evidence](https://www.researchgate.net/publication/256056318_The_Economic_Importance_of_Financial_Literacy_Theory_and_Evidence). Acesso em: 20 set. 2025.

MACHADO, Luiz Henrique Mourão (org.). **Sistema financeiro nacional**. 1. ed. São Paulo, SP: Pearson, 2015. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 20 abr. 2025.

MANDELL, L. **Financial literacy: does it matter?** New York: University at Buffalo, abr. 2005. Acesso em: 23 mar. 2025 – POR MEIO DO <https://www.scielo.br/j/rap/a/XhqxBt4Cr9FLctVvzh8gLPb/?format=pdf&lang=pt>

MANDELL, Lewis; SCHMID KLEIN, Linda. **The Impact of Financial Literacy Education on Subsequent Financial Behavior**. Journal of Financial Counseling and Planning, [S. l.], v. 20, n. 1, p. [s. p.], 2009. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=2224231>. Acesso em: 20 set. 2025.

MARQUES, Amanda. **O impacto da digitalização bancária na inclusão financeira de microempreendedores brasileiros**. Revista de Administração Contemporânea, 2021. Disponível em: <https://rac.anpad.org.br>. Acesso em: 11 maio 2025.

MATIAS, Alberto Borges; LOPES JÚNIOR, Fábio. **Administração financeira nas empresas de pequeno porte**. São Paulo: Manole, 2002. 89p. ISBN 8520412882.

MEGLIORINI, Evandir; VALLIM, Marco Aurélio. **Administração financeira**. 2. ed. São Paulo: Pearson, 2018. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 26 mar. 2025.

MOLTER, L. C. **A importância da educação financeira na gestão das microempresas**. 2022. Disponível em: <https://revista.univem.edu.br/juridica/article/view/3440>. Acesso em: 04 maio 2025.

MONTANDON CAPUZZO, A.; HENRIQUE PASSOS MAIRINK, C. **FINTECHS: inclusão financeira digital e a importância da inovação tecnológica no setor bancário**. LIBERTAS DIREITO, [S. l.], v. 5, n. 1, 2024. Disponível em: <https://periodicos.famig.edu.br/index.php/direito/article/view/540>. Acesso em: 7 maio 2025.

MONTEIRO, A. A. S. M. **Fluxos de caixa e capital de giro: uma adaptação do modelo de Fleuriet**. In: SEMINÁRIO DE CONTABILIDADE E CONTROLADORIA, 2., 2003, São Paulo. Anais... São Paulo: FEA-USP, 2002. Disponível em: <http://www.eac.fea.usp.br> Acesso em: 11 maio 2025.

MORTON, John S. **The interdependence of economic and personal finance education**. Social Education, v. 69, n. 2, p. 66–70, mar. 2005. Disponível em: <https://eric.ed.gov/?id=EJ711372>. Acesso em: 20 set. 2025.

NETO, Alexandre A. **Finanças Corporativas e Valor**. 8. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2020. E-book. p.i. ISBN 9788597026184. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597026184/>. Acesso em: 20 set. 2025.

NEVES, Emerson Antonio M. **Tecnologia e inovação em MPEs: desafios da era digital**. Revista de Administração e Inovação, v. 16, n. 4, p. 267–284, 2017. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rai/article/view/168204>. Acesso em: 02 maio 2025.

NEVES, Marcus Louriçal *et al.* **Fatores que influenciam a sobrevivência das micro e pequenas empresas no Brasil**. Revista de Administração Mackenzie, São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, v. 25, n. 1, 2024. E-book (artigo científico). Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1678-6971/eRAMC240073.pt>. Acesso em: 20 set. 2025.

OCDE; EUROSTAT. **Oslo Manual 2018: Guidelines for Collecting, Reporting and Using Data on Innovation**. 4th ed. Paris: OECD Publishing; Luxembourg: Eurostat, 2018. Disponível em: [https://www.oecd.org/content/dam/oecd/en/publications/reports/2018/10/oslo-manual-2018\\_g1g9373b/9789264304604-en.pdf](https://www.oecd.org/content/dam/oecd/en/publications/reports/2018/10/oslo-manual-2018_g1g9373b/9789264304604-en.pdf). Acesso em: 06 dez. 2025.

OCDE. **Os manuais de Oslo: diretrizes para coleta e interpretação de dados sobre inovação**. 3. ed. Paris: OCDE, 2005. Disponível em: <https://www.oecd.org>. Acesso em: 11 maio 2025.

OCDE. **PISA 2022 Results (Volume IV): How Financially Smart Are Students?** Paris: OECD Publishing, 2024. Disponível em: [https://www.oecd.org/content/dam/oecd/en/publications/reports/2024/06/pisa-2022-results-volume-iv\\_125a58b3/5a849c2a-en.pdf](https://www.oecd.org/content/dam/oecd/en/publications/reports/2024/06/pisa-2022-results-volume-iv_125a58b3/5a849c2a-en.pdf). Acesso em: 06 dez. 2025

OLIVEIRA, André Júnior de. **Contabilidade das organizações**. 1. ed. São Paulo: Contentus, 2020. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 20 abr. 2025.

PADOVEZE, Clóvis Luís; MARTINS, Marina A. M. **Contabilidade e gestão para micro e pequenas empresas**. Curitiba: InterSaberes, 2014. Acesso em: 01 maio 2025.

PERIS, Renata Wandroski. **Finanças corporativas**. 1. ed. São Paulo: Contentus, 2020. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 13 abr. 2025.

PÚBLIO, Valéria G. **Metodologia científica: do projeto à execução**. São Paulo: Atlas, 2012. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 21 maio 2025.

SAMPIERI, Roberto H.; COLLADO, Carlos F.; LUCIO, Pilar B. **Metodologia de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Penso, 2013. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br>. Acesso em: 21 maio 2025.

SAVOIA, José Roberto Ferreira; SAITO, André Taue; SANTANA, Flávia de Angelis. **Paradigmas da educação financeira no Brasil**. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 41, n. 6, p. 1211–1236, dez. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/XhqxBt4Cr9FLctVvzh8gLPb>. Acesso em: 11 maio 2025.

SCHMULLER, Joseph. **Análise estatística com R para leigos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2019. Disponível em: [https://www.ufrb.edu.br/ccaab/images/AEPE/Divulga%C3%A7%C3%A3o/LIVROS/An%C3%A1lise\\_Estat%C3%ADstica\\_com\\_R\\_para\\_Leigos\\_-\\_2%C3%A1\\_Edi%C3%A7%C3%A3o\\_-\\_Joseph\\_Schmuller\\_-\\_2019.pdf](https://www.ufrb.edu.br/ccaab/images/AEPE/Divulga%C3%A7%C3%A3o/LIVROS/An%C3%A1lise_Estat%C3%ADstica_com_R_para_Leigos_-_2%C3%A1_Edi%C3%A7%C3%A3o_-_Joseph_Schmuller_-_2019.pdf). Acesso em: 21 maio 2025.

SEBRAE. **Boletim de Inovação nas MPEs**. Brasília: SEBRAE Nacional, 2020. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/boletim-de-inovacao-mpe>. Acesso em: 02 maio 2025.

SEBRAE - SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **A taxa de sobrevivência das empresas no Brasil**. [S.l.], 29 mar. 2023. Disponível em: <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/a-taxa-de-sobrevivencia-das-empresas-no-brasil,d5147a3a415f5810VgnVCM1000001b00320aRCRD>. Acesso em: 23 mar. 2025.

SEBRAE. **Caged maio 2024: impacto das MPEs no emprego**. 2024. Disponível em: <https://sebraepr.com.br/impulsiona/caged-maio-2024-impacto-das-mpes-no-emprego/?srsltid=AfmBOopOCAIqaejFr768dXJCgDhXK2AhjgD2cNhgyaiALvxKKERBVLGr>. Acesso em: 04 maio 2025.

SEBRAE-SP. **Causa Mortis: o sucesso e o fracasso das empresas nos primeiros cinco anos de vida**. 2014. Disponível em: [https://m.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Estudos%20e%20Pesquisas/Causa%20Mortis\\_2014.pdf](https://m.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Estudos%20e%20Pesquisas/Causa%20Mortis_2014.pdf). Acesso em: 04 maio 2025.

SHAHWAN, T. M. **The effects of corporate governance on financial performance and financial distress: evidence from Egypt**. *Corporate Governance*, [S. l.], v. 15, n. 5, p. 641–662, 2015. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/282305602\\_The\\_effects\\_of\\_corporate\\_governance\\_on\\_financial\\_performance\\_and\\_financial\\_distress\\_evidence\\_from\\_Egypt](https://www.researchgate.net/publication/282305602_The_effects_of_corporate_governance_on_financial_performance_and_financial_distress_evidence_from_Egypt). Acesso em: 22 maio 2025.

SILVA, Alexandre Cândido Rodrigues da; MARION, José Carlos. **Manual de contabilidade para pequenas e médias empresas**. São Paulo: Atlas, 2013.

VEIGA, José Augusto; KUHL, Carlos Alberto; ARBUÉS, João Bosco. **Análise financeira das empresas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2015. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 11 maio 2025.

VOLPE, Ronald P.; CHEN, Haiyang; LIU, Sheen. **An analysis of the importance of personal finance topics and the level of knowledge possessed by working adults**. *Financial Services Review*, v. 15, n. 1, p. 81–98, 2006. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/303046439>. Acesso em: 20 set. 2025.

## APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO

**1. Você já participou de cursos, palestras ou treinamentos sobre educação financeira?**

- ( ) Sim, mais de uma vez.
- ( ) Sim, uma vez.
- ( ) Não.

**2. Como você avalia seu nível de conhecimento em educação financeira?**

- ( ) Alto.
- ( ) Médio.
- ( ) Baixo.
- ( ) Nenhum.

**3. Na sua opinião, o conhecimento em educação financeira faz diferença na gestão do seu negócio?**

- ( ) Sim, faz muita diferença.
- ( ) Sim, faz alguma diferença.
- ( ) Não faz diferença.

**4. Se faz diferença, de que forma esse conhecimento contribui para o seu negócio? Assinalar até 3 alternativas.**

- ( ) Ajuda a planejar melhor receitas e despesas.
- ( ) Auxilia no controle do fluxo de caixa.
- ( ) Melhora a tomada de decisão em investimentos/créditos.
- ( ) Não sei responde.

**5. Você considera necessário contar com um consultor ou especialista financeiro?**

- ( ) Sim, sempre.
- ( ) Sim, em alguns momentos.
- ( ) Não vejo necessidade.

**6. Sua empresa utiliza ferramentas de controle financeiro (planilhas, softwares, aplicativos)?**

- Sim, diariamente
- Sim, mas de forma esporádica.
- Não utiliza.

**7. Com que frequência você realiza o planejamento financeiro da sua empresa (orçamento, metas de receitas e despesas)?**

- Sempre.
- Às vezes.
- Nunca.

**8. Você acompanha regularmente o fluxo de caixa da sua empresa?**

- Diariamente.
- Semanalmente.
- Mensalmente.
- Não acompanha.

**9. Nos últimos 12 meses, sua empresa enfrentou dificuldades financeiras?**

- Sim, frequentemente.
- Sim, em alguns momentos.
- Não.

**10. Qual(is) fator(es) você considera mais impactante(s) nas finanças da sua empresa? Assinalar a(s) alternativa(s) que considera importante(s).**

- Falta de conhecimento em finanças.
- Falta de planejamento/organização.
- Falta de acesso a crédito.
- Fatores externos (ex.: pandemia, enchentes, crise econômica).

**11. Qual o porte da sua empresa?**

- MEI.
- Microempresa.
- Pequena empresa.

**12. Há quanto tempo sua empresa está em atividade?**

- Menos de 1 ano.
- 1 a 3 anos.
- 4 a 10 anos.
- Mais de 10 anos.

**13. Qual a área principal de atuação da sua empresa?**

- Comércio.
- Serviços.
- Indústria.
- Outro.

**14. Qual a função você exerce na empresa?**

R:.....

**15. Sexo do respondente:**

- Feminino.
- Masculino.
- Prefiro não responder.

**16. Idade do respondente:**

- Menos de 25 anos.
- 25 a 35 anos.
- 36 a 45 anos.
- 46 a 55 anos.
- Mais de 55 anos.

**17. Nível de escolaridade do respondente:**

- Ensino fundamental.
- Ensino médio.
- Ensino superior incompleto
- Ensino superior completo
- Pós-graduação.